



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2298/03	DATA: 17/12/03
INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 18h54min	DURAÇÃO: 4h20min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h7min	PÁGINAS: 110	QUARTOS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA - Advogada.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa.  
Há intervenção inaudível.  
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sras. e Srs. Deputados, havendo número regimental, vamos iniciar nossa audiência pública de tomada de depoimento da Sra. Norma Regina Emílio Cunha, presa em razão de provas colhidas na Operação Anaconda, acusada de formação de quadrilha ou bando, juntamente com policiais, juízes, advogados, empresários, etc. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Peço à Segurança da Câmara que conduza aqui, ao nosso plenário, a Sra. Norma Regina Emílio Cunha, por favor. *(Pausa prolongada.)* Cadê a decisão do Supremo Tribunal Federal? Eu vou ler a decisão do Supremo e, em seguida, peço a todo o mundo que se retire. Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal concedeu liminar impedindo que rádio e televisão transmitam esta sessão. Eis o comunicado: “Comunico a V.Exa. que, nos autos do processo acima referido, nos termos da decisão cuja cópia segue via fax, deferi a medida liminar para proibir acesso de câmeras de televisão, gravadores e máquinas fotográficas de propriedade de particulares ou concessionárias nas dependências do recinto em que a impetrante será ouvida pelos ilustres membros da CPI, sem prejuízo da presença da imprensa para registros que de outras formas possam ser feitos. Atenciosamente, Ministra Ellen Grace, Relatora”. Nós somos obrigados a atender a essa medida liminar, mas entendemos que é uma forma de censura à Câmara dos Deputados. Nós, portanto, pedimos à imprensa que tenha câmera — rádio, televisão — que se retire. A *TV Câmara* pode ficar, a *TV Câmara* vai fazer toda a gravação. Foi entendimento que nós tivemos com a Ministra Ellen Grace que a *TV Câmara* pode transmitir. Então, eu peço à imprensa, por favor, para começar a audiência pública. Eu não posso começar esta audiência enquanto não for feita a desocupação.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pois não, Deputado Sandes Júnior.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Sr. Presidente, a liminar é clara. Com relação aos fotógrafos, não tem nenhum impedimento. Câmera não grava nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Tem. Televisão.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Televisão e rádio. Não está falando em jornais.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Televisão, gravadores e máquinas fotográficas, infelizmente.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - É que máquina fotográfica não grava nada, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Essa é a antecipação da Lei da Mordada, que se ventilou votar aqui no Congresso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pode até ser. Mas, infelizmente, nós recebemos essa liminar e somos obrigados a cumprir. Peço à Segurança da Câmara e peço a cooperação da imprensa. Pela CPI, não teríamos nenhum problema. Ouço o Relator Josias Quintal, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, apenas fazer aqui o meu protesto. Eu entendo que a Câmara está tendo cerceado o seu direito de interrogar, de dar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - As pessoas não estão impedidas de ficar, o que não podem é gravar. Já falei: está claro que os jornalistas podem ficar, todos. Esta televisão que está aqui, à esquerda, é a *TV Câmara*. Companheiro, você também é da *TV Câmara*? Pergunto à Segurança da Câmara se ainda tem alguma televisão que não seja a *TV Câmara*, algum rádio, alguma coisa, gravação. *(Pausa.)* Não. Então, vamos começar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Havendo o número regimental de Deputados presentes, declaro aberta a audiência pública da CPI da Pirataria. Esta audiência visa à tomada de depoimento da Sra. Norma Regina Emílio Cunha, presa em razão de provas colhidas na Operação Anaconda, acusada de formação de quadrilha ou bando, juntamente com policiais, juízes, advogados, empresários, etc. Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos. Tendo sido distribuída cópia das atas da 32ª e da 33ª reuniões a todos os Srs. Deputados e Deputadas presentes, indago da necessidade da leitura das mesmas. *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente. V.Exa. pode deixar de ler a ata. Requeiro a dispensa da leitura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Dispensada, por sugestão da Deputada Laura Carneiro, a leitura da ata. Não havendo quem queira... Passa-se ao objeto do nosso trabalho: ouvir o depoimento da Sra. Norma Regina Emílio Cunha.



Para abrir a oitava, convido o Deputado Josias Quintal, Relator da Comissão. Ordem do Dia. Tomada do depoimento da Sra. Norma Regina, presa em razão de provas colhidas na Operação Anaconda. A senhora comparece a este órgão na qualidade de testemunha compromissada para prestar esclarecimentos sobre as condutas ilícitas de Juízes Federais do Estado de São Paulo, principalmente em negociatas para o favorecimento de pessoas ou grupos na emissão de sentença. As inquirições iniciais a depoentes serão formuladas pelo Sr. Relator, Deputado Josias Quintal. Caso algum dos Srs. Parlamentares queira formular pergunta à depoente, favor se inscrever junto à Secretaria. Antes, porém, cumpre-me fazer algumas colocações introdutórias. À depoente. Conforme norma de protocolo, V.Sa. deverá dirigir-se aos Parlamentares com o tratamento de excelência. Aos Parlamentares. Os Srs. Parlamentares deverão dirigir-se à depoente com o tratamento de senhora. Peço a todos que seja conferida à solenidade formalidade, imparcialidade, seriedade e objetividade, que devem nortear os trabalhos do inquérito. Devem ser evitadas quaisquer questões descabidas ao objeto desta Comissão, que é o de investigar fatos relacionados com a pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Qualquer pergunta ou insinuação que destoe dos objetivos apregoados não obriga a depoente a responder. Lembro à depoente que comparece na qualidade de testemunha. Não está obrigada a responder a perguntas que a incriminem nos ilícitos aqui investigados. No entanto, não poderá calar a verdade, sob pena de ser processada por falso testemunho. Passemos à inquirição. Com a palavra o Deputado Josias Quintal.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como tem sido praxe aqui, na Casa, eu começo sempre fazendo aquelas perguntas triviais, fazendo a qualificação. Por exemplo, os senhores receberam farto material que vai permitir que se aprofundem bastante nessa questão. Eu vou fazer, oportunamente, intervenções. Mas, no momento, vamos nos ater às perguntas referentes à qualificação. D. Norma, qual é o seu nome completo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Norma Regina Emílio...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Por favor, aproxime-se bem do...  
Fale bem próximo.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu me chamo Norma Regina Emílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Peça à técnica que aumente o som, por favor.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu vou repetir: eu me chamo Norma Regina Emílio.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - A senhora é funcionária pública federal na ativa, aposentada? Qual é a sua situação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu estou aposentada desde outubro de 1998 como Auditora Fiscal do Tesouro Nacional.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Quais foram os cargos que a senhora ocupou na Receita Federal?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Apenas esse cargo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Quais foram as suas últimas lotações, seus últimos locais de trabalho nos últimos 5 anos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Nos últimos 5 anos, eu estou aposentada.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não, eu me refiro ao tempo em que a senhora esteve em atividade.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Enquanto eu estive em atividade, nos últimos 5 anos, os últimos 3 eu passei no Aeroporto de Cumbica. E me aposentei com proporcionalidade de tempo e vencimentos, porque não suportava aquele ambiente de trabalho, em função de que eu vivia sempre suspeitando de que alguma coisa errada pudesse estar ocorrendo por perto. Era acima das minhas possibilidades de controle dentro do trabalho que eu deveria executar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - A senhora foi responsável pelo desembarço de controle de bagagem de passageiros de vôos internacionais no Aeroporto de Guarulhos. Confere?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Por que a senhora sempre gravava conversas com pessoas? Com que objetivo a senhora fazia isso?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - As coisas que eu gravava era porque eu achava que alguém poderia me matar, porque eu soubesse de alguma coisa, que, na verdade, eu não sabia, porque nunca se sabe quase nada. Eu sempre tinha muito medo de todo o mundo. Eu não sabia quem era confiável ou não era confiável a minha volta e eu não podia ficar à mercê de qualquer coisa pior contra mim e que os eventuais responsáveis, que também não sei quem poderiam ser, mas acho que muita gente pudesse ter interesse em que alguma coisa ruim me acontecesse. Eu gravava e eu ficava sempre em busca de investigar alguma coisa, querer saber alguma coisa. Mas, infelizmente, não cheguei a termo. Talvez com o suporte de uma autoridade, talvez com o suporte de uma instituição, ou de meios, eu pudesse ter sabido. Mas, infelizmente, eu não consegui.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Em alguma de suas gravações com alguns de seus interlocutores, a senhora, em algum momento, chegou a gravar alguma conversa relacionada a algum ato criminoso, alguma atividade criminosa praticada por alguém?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu fazia insinuações, eu buscava fragmentos de história, como eu lhe disse, mas eu não tenho nada concreto, infelizmente.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Nunca deu qualquer encaminhamento a essas gravações? Sempre as manteve com a senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu mantive sempre guardado e sempre busquei alguma coisa para uma eventualidade de segurança minha.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sim. A senhora conhece José Augusto Bellini?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu conheço. Eu estive com o Dr. Bellini em 2 ou 3 ocasiões sociais, e apenas. E, bom, agora, quando estivemos presos, ele estava no mesmo recinto e, de passagem, longe, eu podia vê-lo.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Durante esse relacionamento que a senhora frisou que foi apenas social, em algum momento, foi passada alguma informação para a senhora, a senhora tomou conhecimento de que José Augusto Bellini tivesse envolvimento ou participação em qualquer ato criminoso?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Na verdade, o Dr. Bellini surgiu na minha vida, veio ao meu conhecimento a existência desse senhor, e por isso também eu nunca me aproximei dele, nunca conversei com ele, eu nunca tive contatos com ele, o primeiro contato que eu tive com o nome dele foi numa situação extremamente perigosa também, porque a ex-mulher do Dr. João Carlos da Rocha Mattos teria encomendado a ele cocaína para colocar no meu carro para me incriminar e, assim, poder afastar o romance que havia, à época, entre ele e eu, Dr. Rocha Mattos e eu. Então, eu nunca tive nenhuma simpatia, enfim nenhuma ligação com o Dr. Bellini, porque os primórdios do meu conhecimento do nome dele já me levavam a uma situação que não podia inspirar de forma alguma qualquer entendimento, qualquer contato, qualquer confiança.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Como a senhora chegou a ser informada dessa tentativa dessa ex-mulher do juiz em colocar cocaína no seu carro através do Bellini? Como é que ocorreu essa notícia, essa informação? Como é que a senhora teve acesso a isso? Esclareça melhor, por favor.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu esclareço sim, senhor. Foi numa festa havida num sítio, não sei onde, que uma pessoa que trabalhava como empregada de uma colega de trabalho minha chegou a se referir a esse fato. Eu fui avisada, coloquei para o João Carlos isso. E, segundo ele, ele mesmo falou com o Bellini a respeito e o Bellini teria confirmado o pedido da ex-mulher dele para que fizessem alguma coisa contra mim, para poder me afastar dele.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O Bellini fazia parte do rol de amigos do Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Todos os policiais faziam parte do rol de amigos do Dr. Rocha Mattos, todos os policiais federais, não só lá de São Paulo, como também aqui de Brasília. O próprio Dr. Carlos, Dr. Paulo Lacerda, desculpe-me, era uma pessoa que chegava a freqüentar a minha casa, freqüentava o gabinete do Dr. João Carlos, em busca de material de trabalho. Acho que uma das últimas vezes que teve contato foi para tentar pedir para o Dr. João Carlos material para tentativa de regularização da situação dos policiais federais que estavam trabalhando *sub judice*, e como proceder exatamente a um flagrante, e pedir uma informação técnica, uma coisa assim.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Voltando um pouquinho ao Dr. Bellini. Ele recebe uma proposta criminosa. A senhora sabe que tipo de atitude ele tomou, além de lhe dar essa notícia, de lhe informar sobre isso? Sabe se ele tomou alguma atitude com relação a essa pessoa que faz uma proposta dessa natureza?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe-me, senhor, eu não disse que ele me informou. Eu disse que a empregada de uma amiga que chegou a comentar e o assunto veio fragmentado para mim.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Mas ele teria confirmado com o Rocha Mattos, correto?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Segundo o Dr. Rocha Mattos, ele teria confirmado. Mas eu não tive essa confirmação. Eu não sei disso. Eu não participei de nenhuma conversa com o Dr. Bellini nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Está bom. Eu passo as perguntas agora para o Deputado inscrito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - A Deputada Vanessa Grazziotin está inscrita.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu vou, Sra. Norma, repetir algumas perguntas que já foram feitas pelo nosso Relator, porque eu as considero da mais extrema relevância. A senhora, numa resposta longa, disse que gravava, tinha o costume, confirmou o seu costume de gravar conversas que a senhora tinha por telefone, por uma questão de segurança, que a senhora temia que algo de ruim lhe acontecesse ou acontecesse a sua família. Mas a senhora sabe que esse não é um procedimento normal entre a maioria das pessoas, não é um procedimento normal. Nós mesmos, Parlamentares, nós temos uma vida muito agitada, nós temos muitos não diria inimigos, mas temos muitos adversários, e eu tenho certeza de que essa não é a prática comum, por exemplo, nossa, nem minha nem da Deputada Laura. Então, para a senhora ter feito isso foi porque a senhora de fato tinha medo, se sentia ameaçada. Então, que a senhora explique melhor. Foi pelo meio que a senhora convivia, em decorrência das pessoas que eram amigas ou tinham um relacionamento com o seu ex-marido, com o Juiz Rocha Mattos? Explique melhor isso para a gente.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Talvez, Deputada, eu tenha mais medo do que as pessoas em geral têm. Mas eu tenho medo, eu continuo com medo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu sei. Mas hoje a senhora tem razão para ter medo, porque, afinal de contas, a senhora não está mais levando a sua vida normal. Mas antes a senhora levava uma vida normal; a senhora era uma funcionária pública federal; a senhora tem uma boa formação, imagino eu, cultural; tem uma família, tem um filho. Então, o que lhe levava a fazer essas gravações? Era o medo dos amigos do Juiz, das pessoas que freqüentavam a sua casa ou era por conta das coisas que eles faziam?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, eu vou contar para a senhora quando começou o meu medo. Quando eu comecei a ter relacionamento com o Dr. João Carlos, eu morava numa casa, eu recebi um taxista com um policial armado, todo armado, dizendo que queria receber de mim uma corrida de táxi que teria feito para uma pessoa que foi levada numa boca de tráfico e que essa pessoa deixou o meu endereço dentro do carro dele e que eu tinha que pagar por isso. Junto com um policial. Graças a Deus, eu tinha um bom relacionamento com a minha vizinhança e pedi a um vizinho socorro, porque uma pessoa armada e a outra me dizendo horrores a respeito de uma ligação minha com pessoas que eu não sabia de nada.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora já morava com o Juiz?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu não morava, eu não morava com ele. Aliás, isso precipitou a ida dele para a minha casa, porque eu comecei a ser ameaçada. Passava carro da Polícia Federal a noite inteira fazendo barulho. Eu ia à janela e via aquelas caminhonetes grandes.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Perfeito.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E, a história do taxista, eu chamei o meu vizinho, policial, e ele ficou se entendendo com as pessoas e depois me disse: *“Não, isso aí é apronto, não se preocupe; não tem nada a ver; fica tranqüila, fica sossegada”*. Eu realmente passei a ter muito medo na minha vida, desde que eu me uni ao João Carlos, é verdade, mas porque eu talvez não



estivesse preparada para as situações insólitas que são esses acontecimentos de polícia, de Justiça, essa coisa toda.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu compreendi. Mas ainda não consegui entender o porquê exatamente das gravações com o juiz. A senhora gravava as suas conversas com o seu companheiro. Por que isso? Aparentemente, não tem nada a ver com esse negócio de polícia passando e lhe ameaçando.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não é. O tempo não é o mesmo, realmente, Excelência. Essa questão é desde que nós nos separamos, porque eu fiquei me sentindo mais fragilizada. Eu recebia telefonemas idiotas. Havia sempre coisas menores, coisas vulgares. Nem vale a pena comentar aqui. Mas eu realmente me senti muito frágil, muito só e ameaçada.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, a senhora gravava, começou a gravar suas conversas com o seu ex-companheiro em que período? Em que momento a senhora começou a gravar as conversas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acredito que tem uns 3 anos que eu faço isso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Três anos. Vocês se separaram?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Há mais tempo que isso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Há mais tempo. Então, foi depois da separação que a senhora começou a gravar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Nós já sabemos, então, que a senhora começou a gravar. A separação de vocês foi em 2001, 2002, por aí? Três anos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora. Foi em 1998.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em 98.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Em julho.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Certo, em julho. O.k. Isso também é um detalhe. Então, depois disso, a senhora começou a gravar as conversas com o seu ex-companheiro?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Esporadicamente, até depois de telefonemas, eu incitava algumas conversas, eu conduzia, para que eu pudesse fazer gravações que viessem a ser comprometedoras.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ele sabia que a senhora gravava as conversas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ele não sabia.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quer dizer, talvez ele supusesse, eu não sei.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas não sabia?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu nunca disse.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Perfeito. Então, a senhora disse também ao Deputado Josias que a senhora gravava pela sua segurança e também para tentar montar alguma coisa que pudesse lhe ajudar e servir para a sua proteção no futuro, mas que a senhora conseguiu apenas fragmentos de coisas? Então, vamos tentar raciocinar juntas. D. Norma, a senhora fazia as gravações com o seu ex-companheiro, Rocha Mattos, e tentava buscar alguma coisa para que lhe servisse de proteção para que ele não pudesse fazer algo contra a senhora? É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também. Ele dizia que eu era louca e que ele ia tirar meu filho. Eu só tenho um filho, conseguido depois de muita tentativa. Eu fui mãe aos 41 anos de idade. E ele sempre me chamava de louca. Aliás, ele difundia essa idéia, ele dizia até que eu tinha sido internada já. E é mentira isso, eu nunca fui internada. Por mais que eu precisasse de medicamentos, de tratamentos, enfim, eu nunca fui internada. Eu não podia também me deixar levar num esquema em que eu pudesse ficar frágil, ao ponto até de poder perder o meu filho.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu vou citar alguns nomes aqui para a senhora agora, D. Norma. A senhora, primeiro, diz se conheceu, se conhece, sim ou não, depois, a gente entra no caso de cada um. A senhora conheceu Afonso Passarelli Filho?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu o vi agora na prisão; eu o vi uma vez numa festa de aniversário do filho do César Herman; e uma outra vez eu o



vi em companhia do César Herman na frente de um café, e eu estava num restaurante.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Conhece de vista, portanto?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Só.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas como assim? Ele nunca advogou para a senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, a questão do escritório do Afonso Passarelli ter advogado para mim, foi a Dra. Regina que fez um pedido para a Justiça Cível de regularização da separação do João Carlos e eu. Foi a Dra. Regina, não foi o Dr. Afonso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A Dra. Regina trabalha no escritório do Dr. Afonso Passarelli?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Porque a notícia que nós temos é que ele serviu como advogado seu.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não é verdade. Eu nunca tinha conversado com ele.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, foi uma advogada que trabalha no escritório dele?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi a Dra. Regina Guid... Guio, uma coisa assim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Certo. César Herman.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu o conheço.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em que nível a senhora conhece César Herman? De vista ou tem um relacionamento mais íntimo? Íntimo que eu quero dizer é, assim, de maior proximidade.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, nós nos conhecemos há muitos anos. Não há maior proximidade. E, mesmo depois que o Dr. João Carlos e eu estivemos separados, rarearam enormemente os contatos por causa das crianças, porque ele tem crianças da idade do meu filho, mas isso foi cortado. E, então, deixamos de ter contato. Mas, o César Herman eu procurei sempre utilizar para obter alguma informação.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ele trabalha com o Juiz Rocha Mattos? Trabalhava?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Não. Não. Ele trabalhava com o Dr. Casem Mazloun. Ele foi requisitado pelo Dr. Casem Mazloun à Polícia Federal para trabalhar num cargo de adido de segurança, alguma coisa assim, para a Justiça Federal de São Paulo. Não era o Dr. João Carlos que o tivesse chamado. Nem poderia, porque o Diretor do Foro é que faz isso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Bom, então, depois, nós vamos voltar ao agente Herman? Antes de a senhora ser Auditora da Receita Federal, a senhora trabalhava em quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu trabalhei no Banco do Brasil, trabalhei em mais duas empresas, em cargos de contabilidade.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em empresas privadas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Privadas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora lembra o nome?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Lá no Paraná era uma confecção.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora é paranaense?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - É de onde, no Paraná?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ponta Grossa.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ponta Grossa. Então, a senhora trabalhava nessas empresas.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Trabalhei lá.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Começou a trabalhar cedo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Muito cedo. Na verdade, doutora, o meu primeiro trabalho, eu tinha 5 anos de idade, quando eu areei, com bombril e gasolina, uma bicicletinha.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Enxugava, limpava, arrumava.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, uma bicicletinha velha que, com meu irmão, nós compramos e, depois de renovada, revendemos.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, a senhora é uma pessoa de grandes negócios desde muito cedo, não é? Mas, enfim, D. Norma, então a senhora passou no concurso. A senhora começou a trabalhar no Banco do Brasil ainda em Londrina?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, em Ponta Grossa.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Desculpe, em Ponta Grossa. Começou a trabalhar no Banco do Brasil lá. E foi quando estava no Banco do Brasil que fez o concurso para a Receita Federal?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora, foi quando eu morava já aqui, em São Paulo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas veio transferida pelo Banco do Brasil para São Paulo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora. Eu fiz um concurso aqui em São Paulo e passei com boa aprovação. Tive direito de...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - ...escolha.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...de escolher. Eu falei aqui em São Paulo. Não é aqui, em São Paulo. Permaneci em São Paulo trabalhando na Receita Federal.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas a senhora já tinha mudado para São Paulo ou não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Já.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E, fora esses trabalhos, na empresa de contabilidade, no Banco do Brasil e na Receita, a senhora teve alguma outra ou algum outro tipo de trabalho?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tive, sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Teve o quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fui garimpeira também.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Garimpeira?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Garimpeira.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora foi garimpeira?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fui, no Mato Grosso, em Cuiabá, na própria cidade, em Poconé.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas garimpava em Cuiabá?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Mas ser garimpeiro significa comprar um pedaço de terra, não é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não, senhor. Significa ter máquinas e pessoas para cuidar disso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ah, então a senhora agenciava garimpeiros?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu não agenciava garimpeiros.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ela não metia a mão na terra, na máquina!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, até metia a mão na terra. Eu sei trabalhar com bateia. Eu sei fazer isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Tá bom, tudo bem.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, a senhora foi garimpeira no Mato Grosso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também. Eu trabalhava em regime de plantão, em São Paulo, dobrava plantões.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Na Receita?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Na Receita. Ia para lá e ficava brincando na terra também, junto com as pessoas com as quais eu trabalhava, sim, senhora.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas em que local do Mato Grosso, porque em Cuiabá não tem garimpo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, mas teve. Teve o Garimpo do Jatobá, que era na cidade; tinha um garimpo lá no pé da Chapada dos Guimarães; tinha um garimpo em Poconé, que é muito perto de lá.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E a senhora andou por esses garimpos todos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Andei.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora tem muita foto dessa época, desse período que a senhora andava nos garimpos? Fotografias?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não tem?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Imagina se alguém tira fotografia de garimpo! Lá a gente trabalha, só!

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não... Mas a senhora, trabalhando no garimpo, nunca se preocupou de pedir a alguém para sacar-lhe uma foto, não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. E não é um fato assim tão curioso. Eu tenho a carteirinha de garimpeiro.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas só a carteirinha? A fotografia a senhora não tem?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tivemos uma loja lá em Cuiabá, onde a gente trabalhava. Dizíamos, à época, "garimpando os garimpeiros", porque nós vendíamos artigos para garimpo. Chegamos a dominar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Nós, quem? A senhora está falando no plural.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Com mais os meus sócios.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem eram os seus sócios?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Um amigo e um irmão.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O nome do amigo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Carlos Morais, Carlos Eduardo Morais.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E o irmão?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Júlio Emílio.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Júlio Emílio. Os três trabalhavam em sociedade?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pegavam muito ouro? Conseguiram descobrir muito ouro?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não é descobrir muito ouro. Em garimpo mecanizado a ocorrência do ouro é automática. Não se garimpa procurando descobrir alguma coisa. Mas é uma extração.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E a senhora ganhou muito dinheiro nesse período?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Graças a Deus! Ganhei, sim. Mas a gente ganhou mais dinheiro...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E vendia o produto onde?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O produto era vendido nas lojas de compra, na Lord, na Metal Mil, na Ouro Invest.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Os senhores tinham uma empresa ou eram pessoas físicas trabalhando juntas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pessoas físicas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Aí, então, quando a senhora comprou máquinas, investiu, obviamente junto com os sócios, arrecadava dinheiro e já era auditora da Receita. A senhora declarava esses ganhos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu não podia fazer essa declaração de ganhos, porque eu tinha dedicação exclusiva. Eu trabalhava com dedicação exclusiva.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Seu irmão declarava, então, a parte dele e a sua?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eles declaravam, sim, e nós tínhamos...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Só a parte deles? A sua não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A parte deles e a minha também. E nós tivemos lá uma loja também, que foi a atividade, assim, mais regular no tempo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Perfeito. Lá na Receita Federal a senhora exerceu por algum período algum cargo de confiança?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não?! Nunca exerceu coordenação de grupos?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Nunca exerceu... Estávamos falando do Bellini. O Deputado Josias iniciou uma conversa sobre o Bellini. Vamos voltar ao Bellini, então. A senhora o conhece. O Bellini, teve uma época que fez uma ameaça ao seu filho. Não fez?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi. Eu fiz uma representação sobre esse fato à Polícia Federal.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, para ele fazer uma ameaça ao seu filho, ele conhece a senhora, ele conhece o seu filho. Ele é muito amigo do Juiz Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Veja, se ele fosse tão amigo, eu acho que ele não ia fazer ameaças ao filho do amigo. Eu não acho que ele seja amigo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Qual era o relacionamento dos dois? Viviam juntos, mas não eram amigos; um ameaçava o filho do outro que se dizia amigo. Então, qual era o tipo de relacionamento?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O relacionamento que eles tinham eu, ultimamente, desconheço, porque eu nem vivia com o Dr. João Carlos da Rocha Mattos. Quando o meu filho saiu numa noite para jantar com o pai, foi que encontraram o Bellini, e o Bellini teria imprecado alguns palavrões e dito que o menino depois ia contar o que tinha ouvido para mim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O que ele teria ouvido que iria contar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei. Era sobre gravações telefônicas o assunto. Mas eu não sei.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Deputada, permita-me só um aparte.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pois não.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Desculpe, Sra. Norma. A senhora pode contar com um pouco mais de detalhe como foi, se foi realmente o próprio Bellini que falou direto com o seu filho. Ele falou com a senhora? Falou com alguma



peessoa? Como é que se deu essa acusação, que, na verdade, a senhora sente como acusação ao seu filho? Por favor.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Esse fato se deu da seguinte maneira: na noite em que o meu filho se encontrou com o Dr. Bellini, o Dr. Bellini fez algumas colocações desairosas a meu respeito. E o meu filho ficou revoltadíssimo com isso, descobriu o telefone do Bellini, ligou ao Bellini e devolveu as ofensas e desligou o telefone. Então, o Bellini ligou de volta para ele e gravou mensagem no telefone dele fazendo essas ameaças.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora tem essas gravações que ele deixou?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu recolhi, eu fiz isso e encaminhei para a Polícia.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Desculpe-me, esta é a última. Então, essas gravações que o Bellini fez ao telefone para o seu filho, na verdade, foram encaminhadas à Polícia. Essas gravações existem e fazem parte do processo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi, sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora lembra, D. Norma? A senhora encaminhou formalmente; além de ter feito uma denúncia contra ele na Corregedoria da Polícia Federal de São Paulo, a senhora encaminhou as fitas ou a fita, não sei.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem era o Corregedor da Polícia Federal, à época?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei, porque quem me atendeu não foi o próprio Corregedor, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Foi o Baltazar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, foi um Delegado muito gentil. Até lamento não me lembrar do nome dele, mas haverá de estar nos papéis isso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Se a gente falar, a senhora lembra alguns nomes?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Há um eco ruim aqui. O Dr. Baltazar disse... Queria só lhe lembrar... Está havendo um eco ruim. O Dr. Baltazar disse que ele é que atendeu a senhora.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É verdade. Ele me atendeu, e ele me encaminhou à Corregedoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O que a Deputada está perguntando, ou o Deputado, é se a senhora entregou essa gravação em que o Bellini fazia ameaças para a Polícia Federal.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fiz isso. No momento em que eu fui lá e denunciei o fato, eu deixei lá, sim, uma fita.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Nós vamos tentar lhe ajudar. À época em que isso aconteceu, o Corregedor será que era Dirceu Bertin?! Não era esse nome?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não faço idéia. Não foi...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Alexandre Crenitte, também não?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não é. Não é nenhum...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Nenhum dos dois?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não estive com nenhum desses dois. Eu não sei se eles tinham esse cargo.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Em que época, D. Norma, a senhora fez essa representação contra o delegado Bellini?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que foi no mês de setembro.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - De 2002? De 2003! Agora! Então, o Corregedor — a senhora não entregou para ele — era, acho, ainda Dirceu Bertin — ele está afastado, parece — e, logo em seguida, Alexandre Crenitte.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Foi um pouco antes de a senhora ser presa.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpa, mas não foram essas as pessoas que receberam.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Que receberam diretamente. Foi em setembro, então?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que foi em setembro.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E a senhora, depois, buscou informação do que aconteceu lá, do que eles fizeram?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu estou aguardando o resultado disso, porque... Aguardando saber, porque não me compete cobrar isso. Eu não posso cobrar isso da Polícia.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não estou dizendo cobrar. A senhora vai lá tomar informações como parte no processo, sindicância...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que a gente também não tem direito a ter informação do que se passa disciplinarmente. Mas eu fiz o que achei que tinha que fazer.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O Delegado Bellini se encontrava com freqüência com o Juiz Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não acho que com freqüência, porque... assim tanta, porque o Dr. Rocha Mattos não bebe, não come, e o Bellini vivia bebendo e vivia comendo num restaurante.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Usava drogas? A senhora tem informação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, isso eu não sei.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não sabe...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sei porque eu li no jornal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O Dr. Rocha Mattos não come?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, ele não come. Ele come biscoitos, ele come frutas. Ele não come em restaurante assim, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ah, mas o que é isso?! Tenho notícias de que ele foi a vários restaurantes. Tem uma gravação onde ele convida... está falando com a senhora, que ele vai jantar com o Law, com o Bellini — não é



verdade? — e convida seu filho para jantar. E a senhora diz que aquela não era uma boa companhia, porque ali todo mundo era corrupto, isso e aquilo outro.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É verdade. Eu fiz essa gravação, sim. Eu disse isso. Eu não queria que o meu filho saísse com adultos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Principalmente aqueles adultos. É isso que a senhora diz na gravação.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É isso o que eu digo na gravação, e eu confirmo que eu disse isso na gravação, sim. Agora, eu não acho que, quando o pai saísse com o filho, tivesse que sair com outras pessoas. O direito de visita dele tinha que ser somente dele com o filho e não com outras pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Insisto em que não foi isso que a senhora disse lá, não. A senhora disse que o Law não era boa companhia, que o Law era contrabandista, que o Bellini era aquilo outro, que era um bando de corruptos. É isso que a senhora disse.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É verdade. Eu disse isso, e isso faz parte...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - E confirma isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...isso faz parte desse conjunto de insinuações que eu fazia, faz parte desse conjunto de querer arranjar prova, de querer ficar protegida contra as pessoas, porque eu desconfio de todo mundo.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora me perdoe. Sobre o dia desse almoço, eu sei que teve ali esse problema com a forma de a senhora se referir a essas pessoas e tal. Mas, pelo menos, a senhora tinha certeza de que estava se referindo naquele dia, nesse almoço, ao Law e ao Bellini. A senhora sabia quem eram as pessoas que estariam no almoço ou no jantar, na verdade, em que o seu filho iria acompanhar o seu ex-marido. Essas pessoas a senhora sabia que estariam lá.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi o que ele disse. Ele perguntou se podia levar o menino, e eu falei que não e coloquei uma porção de insinuações a respeito das pessoas, porque eu nunca...



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas ele lhe disse o nome das pessoas? Ele falou que estaria com o Law e com essas pessoas naquele dia, quando a senhora não o autorizou a levar junto?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, ele falou.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - D. Norma, a senhora falava com frequência com o Herman?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não era com tanta frequência, não. Eu acho que eu falava com ele a cada dois meses, alguma coisa assim; ou quando eu queria saber alguma coisa que estava ocorrendo eu falava com ele.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, quer dizer que não foi o Juiz Rocha Mattos que pediu a requisição dele, a senhora falou. Eu não me lembro do primeiro nome. Casem?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse para a senhora, Excelência, que foi o Dr. Casem Mazloun que fez a requisição do César Herman para trabalhar na Justiça Federal.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então, ele trabalhava para todos os Juízes da Justiça Federal, ou ele trabalhava mais para um ou mais para outro? A senhora não...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Disso eu não sei. Eu sei que ele foi requisitado pelo Dr. Casem.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E para o Juiz Rocha Mattos, o que era que o Agente Herman fazia para o seu ex-companheiro? A senhora não precisa falar de agora; fale do tempo em que viveram juntos, do tempo em que sabia mais das...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora não sabe?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Posso apartear V.Exa.?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Já vou lhe passar, Deputada Laura. A senhora sabe que nós tivemos conhecimento de várias gravações. Mas tem uma que é muito simbólica. A senhora liga para o Herman e esculhamba o juiz Rocha Mattos. A senhora chama ele de ladrão, dizendo que ele é que faz as coisas



sujas, que ele que rouba... — e eu estou repetindo o que é do conhecimento público. A senhora disse para o Herman que ele é que faz as coisas sujas, o juiz Rocha Mattos, que ele rouba. E, no final, a senhora é que é ameaçada, junto com o seu irmão. Então esse é um tipo de conversa de quem não tem relacionamento?! de quem não conhece a pessoa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, Deputada, não é isso. Eu fiz esse telefonema como uma forma de mandar um recado para o Dr. João Carlos, porque, como eu lhe disse...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Bom, então, a senhora concorda em raciocinar junto? A senhora fez essa gravação como uma forma de mandar um recado para os juízes: *“Olha, eu estou de olho. Não adianta ele fazer as coisas porque depois o alvo aqui sou eu”*. O que era que ele fazia de errado que a senhora estava sendo ameaçada de morte? Vamos entrar no assunto logo. A senhora sabe o que nós queremos: a quem ele ajudava, quem ele favorecia através de sentença que ele dava? É isso, D. Norma.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pois é, eu não sei disso. Eu passei muito tempo da minha vida investigando. Eu queria saber também, porque eu queria me vingar dele.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O Juiz Rocha Mattos é uma pessoa de muitos bens, de muito patrimônio, de patrimônio valoroso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Olha, D. Norma...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ele é pobre?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Olha, D. Norma...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não disse que ele é pobre. Eu disse que acho que não, porque eu não conheço exatamente o patrimônio.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas olha, D. Norma, o que a senhora falou numa outra conversa. A senhora falou...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não conheço exatamente o patrimônio dele.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem é Najun Turner? Numa ligação com o seu ex-esposo, o Juiz Rocha Mattos, a senhora falou desse senhor



Najun Turner e disse que ele ligou para prestar solidariedade, enfim, que estava fazendo convite a seu filho para levar para passear, jogar bola, jogar basquete, não sei o quê. Aí, a senhora pergunta para o juiz se ele é uma pessoa de bons propósitos. O juiz lhe confirma: *“Não, pode deixar ele é uma pessoa boa”*. Aí, a senhora diz o seguinte: *“Ou que ele possa saber do seu patrimônio e, de repente, pode estar aí, tramando um seqüestro”*. Fale a verdade sobre o patrimônio do Juiz Rocha Mattos.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não tenho conhecimento do patrimônio dele.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas como é que a senhora pergunta para ele próprio? Najun Turner a senhora sabe quem é; depois vamos falar sobre ele. Ele é um doleiro, é uma pessoa que fez uma série de coisas importantes. Importante não é correto — importantes neste País porque tiveram muita divulgação. Ele ligava para a senhora e fazia convites a seu filho para levar para passear. Aí, a senhora pede opinião do Juiz Rocha Mattos; óbvio que como pai. Pediu mais como pai, entendo. Aí, o Rocha Mattos lhe diz que ele é uma boa pessoa e que a senhora pode confiar totalmente. Aí, a senhora diz: *“Ou será que ele pode saber do seu patrimônio e, de repente, estar armando um seqüestro?”*

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Isso também faz parte das insinuações. Eu vivia querendo saber alguma coisa.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas, veja bem, se a senhora... Foi recolhido quanto em dinheiro da sua casa, no dia da sua prisão?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A polícia é que sabe, que fez a contagem.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não, a senhora é a dona do dinheiro. Quanto foi?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foram 550 mil dólares.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quinhentos e cinqüenta mil dólares é um patrimônio pequeno? Isso é o seu; vamos perguntar sobre o dele depois. A senhora acha que é pouca coisa? Ou é muita coisa? O que representa para a senhora 550 mil dólares?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Representa o dinheiro da minha vida.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Dinheiro da sua vida de quê, D. Norma? Como auditora da Receita Federal? Juntando 550 mil dólares de quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora. Eu lhe disse que tive loja; eu lhe disse que eu trabalho...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Com salário de bancária do Banco do Brasil a senhora comprou loja?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando eu trabalhava no Banco do Brasil, eu fazia parte daquela geração de pessoas que ganhavam ainda muito bem, sim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Ganhavam muito bem... Meu pai foi funcionário público na época em que funcionário público tinha uma certa relevância, mas não ganhava... Nunca, ninguém, funcionário público, junta 550 mil dólares, ou sequer um tanto para comprar uma loja que dê tanto dinheiro para isso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, a senhora precisava ter conhecido o tempo do garimpo lá no Mato Grosso, Excelência. A senhora não acredita o que era aquilo, o movimento daquilo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Isso há quantos anos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Isso foi de 1978 até 1992, porque, quando o Presidente Collor assumiu, fechou o garimpo. Mas nós tínhamos representação de algumas coisas de implementos agrícolas, e fechamos a loja 2 anos depois disso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas, então, D. Norma, a senhora tinha 550 mil dólares e disse que é... 550 mil dão 1 milhão e meio de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Afora as outras moedas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Olha, eu sou Parlamentar tem 16 anos, D. Norma. Eu levo uma vida simples. Eu nunca entrei perto de restaurante chique nenhum. Eu nunca juntei nem um quinto disso, Dona Norma. Mas, então, a senhora diga...



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Deputada Vanessa, permita-me. É apenas um aparte. Eu gostaria de perguntar à Sra. Norma se esse dinheiro, essa importância era declarada. A senhora declarava que tinha posse dessa importância?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Veja, eu tenho suporte nas minhas declarações de Imposto de Renda com todo um histórico. Quando eu me separei do meu primeiro marido, em 1987, eu tive que tirar uma porção de coisas do alcance da possibilidade de partilha porque era sempre da minha luta, não da luta dele aquilo que eu possuía. Então, mesmo com a minha participação lá na loja do Mato Grosso, eu saí perante a Junta Comercial para não ter que dividir com ele, porque não acho justo...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Saiu perante a Junta Comercial? A senhora era sócia. A senhora disse que trabalhava como pessoa física.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Da loja, senhora; nós tínhamos uma loja.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Aí, nessa loja, a senhora fazia parte como proprietária? Mas a senhora não era da Receita?!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, mas eu não participava da administração. A gente pode ser sócio; a gente não pode é exercer cargo de gerência.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Resumindo a sua pergunta...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas a senhora tinha declaração. A senhora não podia declarar seus bens, porque era exclusiva a sua função na Receita Federal. Então, a senhora alega que, por isso, não declarava. Então, a senhora trabalhava como pessoa física, e outros declaravam. A senhora tinha exclusivo. Então não podia falar nada. Mas aí tinha uma loja...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deputada, Excelência: uma coisa é ser garimpeiro; outra coisa é ser empresário.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, desculpa.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Sra. Norma, a senhora me permita só uma coisa. Esse dinheiro que estava no seu cofre, nós vimos que ele era fruto de uma venda recente de 2 apartamentos fora do Brasil. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Não era de uma venda recente de 2 apartamentos fora do Brasil, não senhor. As próprias escrituras dos imóveis que foram vendidos também foram apreendidas em minha casa. E não eram 2 imóveis, não; eram 5.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas esse dinheiro é fruto desses imóveis que foram vendidos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Em que época foram vendidos esses imóveis?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eles foram vendidos em 1992, e eu recebi não integralmente à época. Continuei recebendo participação dos aluguéis até que fossem completados os pagamentos deles.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora casou-se quando com o Juiz Rocha Mattos? Só saber desse dinheiro, mas eu vou encerrar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não, eu vou encerrar porque tem vários Deputados. Então, Sr. Presidente, depois a gente volta para fazer um rodízio entre nós.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu só queria ver se a gente consegue ver. Essas notas, pelo que eu sei, são notas de dólar, e, na verdade, não são notas que entraram em vários valores pequenos, essas coisas. Eu queria ter uma noção clara da senhora de quando estaria entrando esse dinheiro, para a senhora estar guardando esse dinheiro no cofre. Qual o período que a senhora começou a receber dinheiro para pôr no seu cofre? E se esses apartamentos vendidos nessa época, quando a senhora era casada com o juiz... Ele permitia à senhora não declarar e ter imóvel no exterior e estar recebendo dinheiro do exterior e estar guardando no cofre, na sua casa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O Dr. Rocha Mattos não tinha conhecimento pleno da minha situação financeira.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas a senhora guardava dinheiro dentro do seu apartamento, e ele nem sabia que a senhora tinha parte desses dólares todos guardados na sua casa, enquanto esteve casada com ele?! Ele nem sabia disso?! A senhora conseguia enganá-lo assim?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpa, Excelência: não é questão de enganar, mas é questão de manter privacidade das coisas da gente. Não é enganar, isso.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Sei. Agora, objetivamente: quando, mais ou menos, a senhora começou a juntar a moeda dólar e a colocar no seu cofre? E quando a senhora encerrou, que foram essas últimas? É para a gente ver se é razoável. O tipo dessa moeda que a senhora recebeu, no período que a senhora recebeu...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deputado, eu, como qualquer outra pessoa do mundo, sei que dólar é moeda forte. Desde que eu me entendo por gente, sei que dólar é moeda forte e é moeda para ser guardada...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Respondendo à pergunta, a senhora se lembra quando a senhora...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ... desde sempre.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Isso. Desde sempre. Então, esse dinheiro veio entrando aos poucos durante um período muito longo. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Durante um período muito longo. Durante toda a minha vida, eu sempre gostei de guardar minhas economias em dólar.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Está bem. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sra. Norma, eu gostaria que a senhora falasse para nós da CPI como a senhora foi tratada na Polícia Federal de São Paulo, e gostaria que a senhora nos respondesse sobre se, nesse período, alguém lhe encaminhou ou fez chegar alguma mensagem no sentido de não falar o que a senhora sabe.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpa, eu não estava vendo o senhor. Eu o estava procurando.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, sem problema. Eu perguntei para a senhora como foi o período em que a senhora ficou na Polícia Federal em São Paulo e se, nesse período, alguém encaminhou para a senhora um bilhete ou mesmo falou para a senhora não falar nada que a senhora sabia. Em algum momento a senhora foi procurada? Entregaram um bilhete para a senhora ficar quieta, não falar nada? Isso ocorreu, ou não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Em momento algum isso teria ocorrido?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Que eu tivesse recebido um bilhete na Polícia Federal de São Paulo para não falar na CPI?!

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Qualquer tipo de mensagem.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não ocorreu. Como a senhora foi tratada na Polícia Federal de São Paulo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fui tratada bem. A Polícia de São Paulo é um exemplo. Eu cheguei a dizer ontem para o Diretor da Custódia, que veio a Brasília e me visitou com a esposa dele aqui, eu cheguei a dizer para a moça que divide a cela comigo: *“Eu te falei que existia um santo? Olha este santo aqui na nossa porta”*.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas a senhora falou para nós...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É uma pessoa que tem um programa de ressocialização dentro da Custódia da Polícia Federal que é uma coisa que eu não imaginava existir. Disse a ele que deveria encaminhar à ONU esse tipo de programa, de tão brilhante que eu achei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas no começo a senhora falou para nós que as viaturas passavam em frente à sua casa com a sirene ligada, propositadamente. A que a senhora atribui isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Isso que eu disse, Excelência, foi no ano de 1987.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E por que a Polícia fazia isso? Por que ela estava perseguindo a senhora? Na sua opinião.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Por causa do meu romance com o Dr. Rocha Mattos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Gostaria também que a senhora nos falasse quais são as empresas legalmente constituídas que são de propriedade, ou de que o Sr. Rocha Mattos é proprietário.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei se ele tem alguma empresa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora não sabe se ele é proprietário da Empresa Agilis Participações S/A? Não conhece?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E da Vie en Rose Lingerie e Confecções, também?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Por ocasião da detenção da senhora, foram apreendidos documentos fiscais, cópias de processos judiciais, inquéritos policiais. Gostaria que a senhora explicasse para nós que documentos eram esses. Por que estavam essas cópias, esses documentos todos na casa da senhora? Qual a relação da senhora com esse monte de processo judicial, cópia de inquérito, tudo isso na casa da senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Nenhuma relação pessoal minha com isso. Esses documentos fazem parte de um acervo de mudança anterior do Dr. João Carlos, antes de ele ir embora lá de casa, papelada. Ele tem mania de juntar papelada e, muitas vezes, ele a deixava, lá na portaria do prédio, pedindo para guardar papéis, porque acho que ele trazia da Justiça. Porque eu moro cerca de 80 metros do edifício da Justiça Federal lá, de São Paulo; é muito perto. Então, ele deixava papéis, pedia para levarem lá para cima envelopes de papéis para guardar, que depois passava, pegava, alguma coisa assim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E o armamento que foi encontrado lá? Também ele esqueceu na mudança?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O senhor está falando de armamentos...



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Armas que foram encontradas em seu apartamento.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ... como se fossem gerais, coisas mais numerosas.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Gostaria que a senhora explicasse para nós quais armas foram encontradas.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi encontrada lá uma pistola pequenina, um revólver pequeno, uma arma pequena. Não tinha mais armas lá em casa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E de quem é essa arma?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, essa arma eu pensei que fosse de um hóspede, amigo meu, porque tinha um documento lá de Curitiba, que eu imaginei que pudesse ser desse hóspede que tivesse esquecido, porque eu nem tinha conhecimento dessa arma. Continuo sem saber de quem é.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Eu gostaria de fazer uma pergunta para a senhora...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Que estava no armário no quarto de hóspedes.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Onde estava a arma, Sra. Norma?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ela foi encontrada no quarto de hóspedes, na parte de cima do armário.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Quando a polícia apreendeu, foi encontrada essa arma lá?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi, foi. Eu mesma não sabia. Tinha um documento, uma carteira de identidade, ou alguma outra coisa, que sem óculos eu não enxergo direito, e mencionava que o documento era de Curitiba. Eu atribuí que pudesse ser de um hóspede.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas a senhora atribuiu depois que a Polícia pegou a arma. Ou, antes, quando a senhora estava limpando, a senhora viu?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, só naquele momento em que eles me mostraram a arma.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E a senhora não sabe, então, quanto tempo esteve essa arma lá? A senhora tem um filho na sua casa; estava correndo risco de vida. Tinha uma arma e a senhora está dizendo que não sabia que essa arma existia lá.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - De forma alguma, não sabia mesmo. Estava no maleiro do quarto de hóspedes, onde a polícia a encontrou. Eu não sabia.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Pois bem. A senhora foi informada previamente por alguém da Operação Anaconda? Gostaria que a senhora prestasse bastante atenção para responder, porque a senhora está na condição de testemunha, e algumas informações podem ser que eventualmente nós já tenhamos por algum meio legal. Então, gostaria que a senhora nos informasse se alguém comentou com a senhora, antes de ter ocorrido a sua prisão, sobre a Operação Anaconda. Alguém teria pedido para a senhora tomar cuidado?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não tinha nenhum conhecimento da Operação Anaconda, nenhum tipo de conhecimento.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ninguém teria falado para a senhora tomar cuidado que estavam investigando?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Que estivessem me investigando, não. Ninguém disse isso para mim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ou que estivessem investigando outras pessoas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Essa coisa de grampo telefônico, essa história toda é uma história que ouço falar há 15 anos. Todo mundo tem essa história de grampo telefônico; todo mundo está grampeando todo mundo. Mas, especificamente, em relação à Operação Anaconda, nunca ninguém me falou nada.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Desde quando a senhora tem conhecimento da venda de sentenças feitas pelos juízes acusados pela Operação Anaconda, favorecendo empresários e advogados?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu nunca tive conhecimento desse tipo de fato e, nas vezes que falei a esse respeito, foi para poder — desculpa,



vou usar uma expressão vulgar — para poder ligar o ventilador, no caso de me acontecer alguma coisa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora imaginava, então? A senhora achava que isso deixaria eles preocupados? A senhora mexia em algo que a senhora achava que ia deixar eles preocupados, porque a senhora achava que realmente tinha alguma procedência. A senhora achava que *“se eu falar isso, eles vão ficar preocupados”*. Não era por isso que a senhora falava?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu falava para me proteger, porque eu achava que sempre pudesse ter alguém querendo fazer alguma coisa contra mim.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas veja. Deixa eu fazer uma pergunta para a senhora.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Especialmente porque todo mundo me chamava de louca, e o João Carlos queria tirar o meu filho de qualquer forma, sob esse pretexto de dizer que eu era louca.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas, para se proteger, a senhora tinha que falar alguma coisa de que eles ficassem com medo ou preocupados. Então, a senhora falava isso, porque a senhora sabia que isso causava medo neles.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas isso causa medo em qualquer pessoa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, senhora. Se não for verdade, não causa. A pessoa vai achar engraçado, se for uma história fantasiosa. Só causa medo se a senhora sabe que aquilo vai causar medo. Olha, eu vou falar aquilo porque a pessoa sabe — permita-me, desculpe-me a expressão também — sabe que tem rabo preso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho o seguinte: qualquer pessoa não quer ter o seu nome envolvido em qualquer tipo de escândalo, seja ele verdadeiro, seja ele falso, tenha procedência ou não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, mas o objetivo da senhora, D. Norma...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Era deixar as pessoas com medo de mim.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deixar com medo. Para deixar com medo, coincidentemente, a senhora falava justamente o que a Operação Anaconda descobriu que era verdade. Então, ou a senhora era uma pessoa que, digamos assim, quase uma pessoa, assim, que tem o dom da vidência, ou realmente a senhora sabia que isso incomodava a eles.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sabia, sim, que isso incomodava, porque quantas pessoas têm que responder a processos pelos quais não têm nada a ver, e a má fama, as insinuações dos jornais eu vivia repetindo para eles, porque tudo o que eu falava era coisa que a imprensa vivia noticiando, Deputado. Todo mundo fala de todo mundo, diz que sentença suspeita, decisão suspeita etc., etc. E eu repetia isso, sim, e aumentava bastante.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Como a senhora caracteriza o relacionamento do doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho Barcelona, com o Juiz Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei de nenhum relacionamento deles, mas eu dizia que ele tomava café todo dia lá, porque era na mesma rua de casa, da Justiça.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas a senhora sabe que eles eram conhecidos, digamos assim, amigos.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não sei. Mas eu dizia isso. Mas eu não sei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - O período em que a senhora morou com o Juiz da Rocha Mattos, a senhora, em momento algum, soube que eles se encontravam ou teve informação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Nunca, jamais. Eu não conheço esse senhor, esse Toninho Barcelona. Eu não o conheço; só vi no jornal a fotografia dele.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Agora, a senhora confirma que o Juiz da Rocha Mattos tinha uma relação de amizade com o senhor Law Kin Chong?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei se ele tinha relação de amizade.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas ele foi para jantar e ia levar o seu filho junto...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pois é. Mas ...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora não convida um estranho para jantar.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - No caso de um juiz...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, você convida amigo ou com quem você tem negócios. Ou era amigo ou era relativo a negócios.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Doutor, conhecidos ou desconhecidos ficam convidando juizes pra tudo. Todo mundo adora puxar o saco de quem é autoridade!

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas o juiz não vai ...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Mas o Law, o Law Kin Chong é um contrabandista conhecido em São Paulo. É ou não é?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sei que ele tem Shopping Center 25 de Março; e são umas 4 ou 5 instituições dessas.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora chegou a ir, alguma vez, a uma loja dele na 25? A senhora teve alguma visita? Comprou alguma coisa? Sabia que era de um amigo? Consta que a senhora já sabe onde era a loja do Law. A senhora conheceu alguma das lojas dele? A senhora fez compras ali?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deve ser umas 4 ou 5 lojas, e eu já cheguei a comprar coisas de... Mas não é de loja do Law; é do edifício, do *Shopping Center*, lojas que são de outras pessoas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Como é que você sabe que não é do Law? Você está defendendo o Law aqui?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, de forma alguma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Então, como é que você sabe que não é do Law?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Porque as pessoas que atendem a gente são outras; não é o Law que atende a gente numa loja.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ah! Você acha que o Law é vendedor? De balcão?!



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - De balcão? Não, me desculpa, ela não pode. Não, só um minuto, por favor! Você não pode estar ofendendo a nossa inteligência. Aqui ninguém é bobo, não!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Meu senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Quer dizer, o Law é um atendente de balcão. O Law não é atendente de balcão! Que é isso, dona!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Meu senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ora, que é isso? Eu não sei se a loja é dele porque ele não estava me atendendo... Agora, a senhora sabe que o *Shopping* é dele?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Presidente? Por favor, perdoe-me, é que eu queria insistir: a senhora, na outra loja, a senhora foi atendida pelo Law e nessas outras a senhora foi atendida por quem? Que tipo de pessoa que a atendeu nas outras lojas a que a senhora foi?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Senhor, dentro dos *Shoppings* que são do Law, que dizem que são do Law, porque eu também nunca vi papel nenhum dizendo que são do Law...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ela insiste em que o *Shopping* é do Law. Só um minuto, senão perco o raciocínio. Ela insiste em que o *Shopping* é do Law.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Agora, as lojinhas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Como é que ela sabe que loja não é do Law?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu gostaria de saber como é que a senhora sabe que as outras 4 ou 5 são do Law. Se, quando a senhora esteve presente, a senhora foi atendida por ele, teve alguma coisa. Por que então a senhora tem a informação de que aquelas 4 ou 5 são do Law?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. É o seguinte: eu acho — aí vai do que eu acho — eu acho que uma pessoa que tem 4 ou 5 *Shoppings* — não sei nem quantos são — não vai ser dono de lojinhas de 80 centímetros de largura. Não cabe na minha cabeça esse tipo de coisa. Eu sei que



ele aluga lojas para aqueles chineses, para aquelas pessoas que são praticamente gente de calçada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Impressionante como a senhora está com os mesmos argumentos do contrabandista! Essa é a defesa dele. Até parece que a senhora está aqui fazendo a defesa de um grande contrabandista! A senhora está se complicando, sinceramente. Eu acho que defender seu ex-marido, até entendo isso, posso até entender. Agora, a senhora aqui dando os mesmos argumentos em defesa de um contrabandista é de estarrecer!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Excelência, eu não tenho conhecimento dos argumentos do Sr. Law. Eu não participei de nada, não tive acesso, nem pela imprensa, a nada. O senhor está colocando a minha palavra em dúvida.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - A senhora acabou de dizer aqui que aquelas lojinhas lá não são dele. Claro que são dele! Claro que é do lobão! Eles arrecadam milhares de reais por dia porque são deles. Imagina se não são deles... Como é que a senhora pode afirmar isso aqui?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu nunca comprei nada da mão do Law, meu senhor! Como é que eu posso dizer que ele é dono da loja ou que ele me atendeu, se eu nunca comprei dele?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Mas a senhora também nunca comprou um *shopping*! A senhora tá dizendo que ele é dono do *Shopping*.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas isso é... Ele já recebeu até homenagens em São Paulo por causa desses *Shoppings* dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ele pode ter recebido as homenagens do São Paulo mafioso, não do nosso São Paulo, do seu São Paulo. Do São Paulo nosso ele não recebe homenagem, não!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe, Excelência: o senhor está me chamando de mafiosa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Estou!

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então eu não posso mais falar com o senhor, porque o senhor está fazendo uma acusação que não corresponde à realidade.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, eu gostaria de um aparte. Eu gostaria de continuar...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Eu gostaria que fosse observada a ordem de inscrição e a seqüência dos questionários, porque eu estou calado até então, aguardando pacientemente a minha vez.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - D. Norma, Sra. Norma, eu queria dizer para a senhora que, em alguns aspectos... A senhora, dizendo o que a senhora sabe, a senhora pode contribuir conosco. Porque a senhora está aqui como testemunha, e todo mundo vai perceber, por exemplo, que a senhora está colaborando, não só com a CPI, como com o Ministério Público, com a Justiça. Então, a gente vai fazer algumas perguntas, e a senhora, dentro do que a senhora se lembrar, a senhora tenta responder. Por exemplo, eu perguntei para a senhora se o Law Kin Chong, se ele é amigo ou não do ex-Juiz ou Juiz da Rocha Mattos. A senhora acha que ele é amigo, que não é, ou a senhora não sabe informar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpa, Excelência, mas eu não tenho mais condições de falar nada. Eu vou pedir o meu direito de permanecer em silêncio agora, porque até aqui eu respondi com todas as vírgulas, coloquei as minhas opiniões, inclusive de forma... abrindo totalmente as minhas possibilidades de comunicação. Mas agora eu não posso mais falar. Desculpa. Eu tenho o direito de ficar calada, e eu vou ficar calada. (*Choro.*)

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - D. Norma, a gente acredita que a senhora está indo bem nas explicações, no depoimento. A gente acha que a senhora veio disposta a colaborar. Então, a gente gostaria que a senhora se acalmasse e, da forma que a senhora está respondendo às perguntas, continuasse a responder. Eventualmente, teve aí um desentendimento, mas a gente, aqui, todo mundo que está perguntando para a senhora está respeitando a senhora. Então, eu gostaria que a senhora continuasse a colaborar com a CPI. É muito importante para nós e para a senhora e para a sociedade que haja essa colaboração. A senhora poderia dizer se eles são amigos ou não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O senhor me desculpa, mas eu não vou falar mais.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Até para evitar, D. Norma, uma nova convocação da senhora, que é um transtorno ter que voltar. Então, a gente acredita que a senhora poderia continuar a responder a algumas perguntas. O que a senhora não quiser responder, a senhora fala: olha, essa pergunta eu não quero responder. E a gente vai estar respeitando essa decisão da senhora.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Efetivamente pode haver transtornos de eu ter que comparecer mil vezes aqui, mas infelizmente eu não vou, eu não tenho condições de falar mais nada. E eu sei que eu tenho o direito de ficar calada.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Tem, claro que a senhora tem.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O senhor me desculpa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Tem, claro que a senhora tem. Claro. É que, na realidade, D. Norma, veja a senhora, a gente tem aqui nos trabalhos que a senhora foi convidada como testemunha... Não é, Presidente? Como testemunha. Nós temos o Relator, que é o Josias Quintal, que vai fazer um relatório. A senhora colaborando conosco... Com certeza, nesse relatório vai constar que houve a colaboração da senhora. Então, acho extremamente importante a senhora colaborar com a CPI, porque isso vai ajudar até a senhora a demonstrar para a Justiça e para a sociedade que a senhora também quer que seja esclarecida uma série de coisas. Então, é uma oportunidade para a senhora. A senhora quer uma pequena pausa e a gente recomeça?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quero agradecer a gentileza das colocações que está fazendo para tentar me tranquilizar. Acho um gesto de cavalheirismo da sua parte. Mas, infelizmente, eu não posso mais falar. Desculpa.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Está o.k. Sr. Presidente, eu lhe entrego a palavra. Muito obrigado.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir uma pausa de 5 minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Suspensa a sessão por 10 minutos.

*(A reunião é suspensa.)*



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Podemos recomeçar a nossa audiência pública. Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Nós estávamos numa reunião ali, desculpe, nobre Deputado, nós estávamos numa reunião, e eu queria relatar. Fui aqui escalado pelo Presidente para fazer um relato das conversas que estávamos tendo com a Sra. Norma, com o advogado e com alguns outros Deputados da Casa. Nós estamos insistindo, estamos pedindo muito, para que a gente possa continuar aqui a nossa audiência, e o advogado e a Sra. Norma estão analisando. Nós fizemos algumas sugestões, algumas propostas, para que a gente pudesse continuar. E eu, na verdade, Presidente, como acho que a gente não chegou a um acordo, gostaria de ouvir da própria Sra. Norma se é possível a gente continuar naquela forma que nós conversamos ou o que ela acha. E depois, então, tomada essa decisão, o senhor voltaria a palavra para os Deputados, que vão tomar a decisão de como nós vamos continuar ou não esse processo. Então, eu gostaria de passar, se V.Exa. me permite, a palavra à própria Sra. Norma, para que ela pudesse, então, relatar qual foi a sua decisão. Que ela, então, na verdade, se posicione em relação a continuarmos ou não esta audiência.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Excelência, eu agradeço a sua delicadeza, a sua consideração, mas esta sessão, ela não me pertence. Eu não posso decidir nada sobre nada. Esta sessão pertence à Presidência dela, pertence aos nobres Deputados. Quem sou eu para dizer alguma coisa, para decidir alguma coisa? Agradeço a sua delicadeza, mas compete a V.Exas.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Então, Sr. Presidente, eu acho que...

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu acabei de chegar aqui. Eu estou vendo uma coisa meio delicada. Eu até... Não sei o que o nobre Presidente pensa e o que os Pares aqui estão pensando, nós estamos até perdendo a nossa autoridade, porque nós estamos aqui com a Polícia Federal aqui dentro, de arma embalada, não sei por quê. As autoridades aqui somos nós, penso eu. Não tenho nada contra eles, devem estar cumprindo ordens também. Porém, para nós restabelecermos a nossa autoridade e também o objetivo da nossa CPI, eu sugeriria que fizéssemos, então, uma audiência



com a D. Norma, num recinto fechado, os Deputados, o Secretário da Comissão e pronto. Para, se ela tiver alguma contribuição a dar à CPI... Porque o que interessa para nós é a contribuição, não é o fato gerador disso tudo. Eu proponho, então, que seja uma oitiva reservada, para que nós possamos tirar proveito, se é que nós queremos tirar proveito. Se não, ela pode até, é um direito dela, dizer assim: "Eu me calo, não vou falar nada". E nós perdemos o nosso tempo e a CPI não terá nenhuma contribuição que a D. Norma poderá nos trazer, enquanto membro da CPI. Essa é a minha proposta.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputada Laura Carneiro.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sr. Presidente, eu saí momentaneamente, em função da matéria do Orçamento, tinha um destaque da bancada do Rio que eu tinha de defender, mas acho que a gente tem que chamar a atenção para 2 aspectos. Primeiro, a escolta se faz necessária em virtude de determinação judicial. A Polícia Federal tem que estar presente, em virtude de ser uma testemunha presa. Em segundo lugar, não há nenhuma quebra de autoridade. Houve uma discussão, um incidente, absolutamente natural, ninguém aqui... todos nós temos o direito de perguntar, a D. Norma tem o legítimo direito de, se quiser, não responder. É um direito dela, que lhe assiste. Agora, eu não entendo que a Comissão tenha que parar os seus trabalhos. Desculpe-me, Sr. Presidente. Nós temos que continuar os nossos trabalhos e se, em determinado momento, a D. Norma se convencer de que ela pode auxiliar ainda mais os nossos trabalhos, aí, sim, verificado o primeiro momento da Comissão, podemos até transformar... Temos tempo até meia-noite, 1h, 2h da manhã. Então, eu não entendo por que essa preocupação. Nós temos que continuar o nosso trabalho, da mesma maneira que temos feito até hoje em todos os depoimentos, não nos esquecendo de que a D. Norma está aqui na qualidade de testemunha, embora seja indiciada. Esse respeito V.Exa. teve, V.Exa. podia convocá-la como indiciada. V.Exa. a respeitou e tentou convocá-la como testemunha, no sentido de auxiliar os trabalhos da CPI. E eu espero que a D. Norma auxilie. Se não auxiliar, V.Exa. vai tomar as posições como se ela, sim, fosse indiciada, e não mais como testemunha. São tratamentos



diferenciados. V.Exa. sabe bem disso. Então, não há por que não continuar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio Lopes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - D. Norma, eu gostaria de continuar o nosso trabalho e gostaria de solicitar a sua colaboração, se assim fosse possível. Se não for, de qualquer forma farei as perguntas que me competem fazer, a fim de estar tentando esclarecer alguns casos que temos aqui para... A primeira pergunta que eu gostaria de lhe fazer é: qual é o nome do Chefe da Custódia de São Paulo que foi lhe visitar aqui, na Polícia Federal, acompanhado da mulher?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Como é que é?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora disse que um policial federal de enorme gentileza foi lhe visitar aqui, na Polícia Federal, com a sua esposa. Eu gostaria que a senhora registrasse o nome desse policial e quando ocorreu essa visita.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O policial se chama Dr. Ricetti. Ele esteve ontem visitando a Custódia e também me visitou. Ele é Delegado-Chefe da Custódia de São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Eu gostaria de saber da senhora qual a razão de a mulher dele tê-lo acompanhado nessa visita.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A mulher dele também é delegada da Polícia Federal. E eles estavam ontem aqui para uma solenidade no Ministério da Justiça alusiva à efetivação da situação de todos os delegados daquele concurso que ainda estavam trabalhando *sub judice*. Então, ele passou no edifício, foi conhecer a Custódia e me visitou.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - E qual o nome da mulher dele?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Dra. Rejane.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora já a conhecia anteriormente?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Da custódia de São Paulo. Eu já a havia visto e sabia que ele era casado com uma delegada.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas foi a única vez. Os senhores não tinham relacionamento anterior?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Relacionamento nenhum.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora poderia novamente, por favor, porque eu gostaria que ficasse claro... A senhora disse que o seu marido freqüentava o Dr. Paulo Lacerda.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O meu ex-marido não só freqüentava o Dr. Paulo Lacerda como era freqüentado pelo Dr. Paulo Lacerda, tanto à época em que o Dr. Paulo Lacerda ainda estava na ativa quanto posteriormente, ao tempo em que ele trabalhava particularmente e precisava de subsídios técnicos para o trabalho dele ou para o entendimento dele das coisas, enfim, estava sempre à procura de material técnico, tanto na minha casa quanto na Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora poderia ser mais precisa com relação a tanto, quanto e quando ele trabalhava, particularmente?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando ele já não estava mais trabalhando na Polícia Federal, mas trabalhava como assessor do Senador Romeu Tuma, quando ele trabalhava junto a algum organismo do Governo do Estado de São Paulo. Ele não era mais delegado, ele já trabalhava em outras atividades.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Agora, com essas colocações, o Delegado Paulo Lacerda tem feito um brilhante trabalho, conduzindo as maiores operações, inclusive a operação a partir da qual a senhora está detida, não é?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora não quis fazer nenhuma ilação com relação a qualquer, enfim, comprometimento e/ou conhecimento do Dr. Paulo com relação às atividades do seu ex-marido?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei a que o senhor efetivamente se refere. Eu não tive nenhum tipo de intenção — estou colocando que muitos policiais, praticamente todos os policiais que trabalham com coisas mais importantes, sempre tiveram acesso e fizeram acesso ao Dr. João Carlos, pelo brilhantismo dele, enquanto uma pessoa que pesquisa muito, que estuda muito e que trabalha muito.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Não. Estou lhe perguntando, com todo o respeito, porque me parece muito razoável e corriqueiro que um policial federal freqüente ou tenha contato com um juiz federal.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A mim também. É fato normal.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, nesse sentido é que a senhora fez a colocação.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora não teve intenção nenhuma de fazer qualquer ilação com relação aos ilícitos diante dos quais o seu ex-marido está sendo, enfim, acusado?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, absolutamente. Foi na mesma linha...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. Eu gostaria de saber se a senhora tem informações sobre a eventualidade das fitas do caso de Santo André, do assassinato, que eventualmente estariam na sua casa, sob sua guarda, e que teriam sido retiradas na operação policial. A senhora tem algum conhecimento com relação a isso, a senhora chegou a ouvir essas fitas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu quero ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora tem todo esse direito. Nós temos informações, inclusive colocadas pelo seu próprio ex-marido, de que havia gravações na sua casa que incriminariam diversas autoridades do País. Essas fitas estariam sob sua guarda e teriam sido também retiradas quando do recolhimento dos materiais pela Polícia Federal. Gostaria que a senhora respondesse a essa pergunta, por favor. *(Pausa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ela tem o direito de ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Posso aguardar o pronunciamento da... Gostaria de ouvir a senhora.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu preciso ficar em silêncio.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Por que a senhora precisa ficar em silêncio? A senhora se sente ainda mais ameaçada com relação a isso? Isso envolve questões de segurança pessoal? Qual a razão que lhe obriga ao silêncio? É a defesa de sua incriminação ou outro tipo de vinculação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor, não tem a ver com incriminação minha...



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Tem a ver com sua proteção?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sinto assim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora poderia ser mais clara, por favor?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sinto assim.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora sente que, em respondendo a esta minha pergunta com relação a essas fitas, a senhora estaria incorrendo em risco?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu me sinto em risco.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Esta pergunta, então, faz relação a uma potencialidade de risco com relação a senhora? É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora então, com isso, nos faz subentender que havia, de fato, essas fitas e que, de fato, essas fitas, eventualmente, foram retiradas, porque eu entendo que a senhora tem o direito — e eu não estou insistindo nisso —, mas a senhora tem o direito de se reservar em silêncio e eu de fazer as perguntas.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas o senhor está insistindo, sim. Por favor, Deputado, eu quero manter meu direito de silêncio a esse respeito.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Gostaria que a senhora esclarecesse, então, que a senhora está fazendo isso em função de se sentir intimidada com a resposta. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deputado, o senhor está me forçando, Deputado. Socorro! (*Choro.*)

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Bom, nós temos uma outra pergunta. Eu gostaria de saber se era a senhora, realmente, que fazia as anotações. Nós temos informações de que na sua residência foram retirados livros de contabilidade com nível de profundidade e especificidade muito grande. E nessas anotações, a senhora, inclusive, fazia anotações muito pormenorizadas, gastos, inclusive, bastante, insignificantes, como, por exemplo, uma passagem de ônibus de 2,60 centavos. A senhora teria feito essas anotações?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, Deputado. Eu não fiz essas anotações, e essas referidas anotações não foram retiradas da minha casa. O que consta é que essas anotações teriam sido retiradas do escritório do Dr. Antônio Augusto César, do Dr. Affonso Passarelli, na Avenida Faria Lima, em São Paulo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Provavelmente está equivocado aqui, então, o nosso texto. Mas, no caso, a senhora tinha conhecimento dessas anotações?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor, nenhum conhecimento. Eu tomei conhecimento pela imprensa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Nessas anotações consta que o Dr. Rocha Mattos fazia adiantamentos freqüentes em relação a esse caixa que era movimentado. A senhora também, então, não tinha conhecimento disso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não tenho conhecimento disso. Eu só tenho conhecimento do que eu vi na imprensa, que, do escritório da Avenida Faria Lima, onde era o Affonso Passarelli, tinha a Dra. Regina, o César Herman e o Dr. Antônio Augusto César, que é Subprocurador-Geral da República. Aliás, eu soube também que lá... Pela revista *ISTOÉ*, eu fiquei sabendo que de lá não se observou a coleta indispensável de uma prova, que seria o computador do Dr. Antônio Augusto César que estava no local e que não foi apreendido e não foi examinado, a juízo do Procurador da República que acompanhava a diligência, e que esse suposto livro-caixa ou esse concreto livro-caixa, estaria lá, seria de lá.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. Deixe eu lhe perguntar uma coisa. A senhora, no início de seus depoimentos, nesta tarde, a senhora disse que uma das primeiras coisas a acontecer, logo do seu envolvimento com o Juiz João Carlos da Rocha Mattos, foi uma situação em que um taxista teria comparecido a sua casa com um policial federal fortemente armado...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não era um policial federal, eu não sei se ele era federal ou não. Ele se dizia policial e estava com um Volkswagen da Polícia Civil, preto e branco. Eu não disse que ele era federal, porque eu não poderia.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. Eu estou lhe argüindo exatamente para esclarecimento dos fatos.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Claro.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, fica esclarecido que era da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, fortemente armado, e um senhor que estava com ele, dizendo que era taxista, nem sei se era taxista ou não, disse que era taxista, que tinha feito uma corrida, levado uma pessoa não sei aonde, que ficou meu endereço dentro do carro, uma coisa muito estranha.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora, por acaso, tomou nota do registro da viatura ou da placa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Isso foi em 1987, e o meu vizinho me ajudou: elucidou a questão e mandou as pessoas embora, porque, por sorte, esse meu vizinho era policial civil, e eu pedi socorro a ele, porque eu me senti extremamente acuada.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas a senhora, como uma cidadã de bem, auditora fiscal, a senhora não se sentiu entrando num mundo um tanto, enfim, de desordem, uma vez que a senhora começou um relacionamento, e logo após surge esse incidente, a senhora está vinculando um fato ao outro. E, de fato, é um ilícito grave, porque o chofer foi lhe cobrar não uma corrida de taxi, mas uma corrida para apanhar drogas, para fazer tráfico, porque foi o que a senhora nos disse. Gostaria que a senhora confirmasse.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, ele disse para mim que havia levado uma pessoa que ele achava até que era traficante, que ele tinha levado a Diadema, num lugar esquisitíssimo, que parecia uma boca de tráfico e que essa pessoa havia deixado cair no carro dele o meu endereço. Por isso ele queria cobrar a tal corrida de taxi de mim. O que, em dinheiro de hoje, seria, sei lá, uns 500 reais, uma coisa absurda, e com essa pessoa armada e no Volkswagen da polícia.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Entendi. Está claro.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tanto que, quando o Dr. João Carlos foi morar comigo, ele nem foi morar comigo, ele foi morar em minha casa, porque eu disse a ele que eu estava me sentindo extremamente ameaçada por essas ocorrências, os carros da Polícia Federal que passavam por lá eram umas



viaturas, caminhonetes fechadas grandes, o do suposto taxista era um Volkswagen branco e preto, que o meu vizinho teve a gentileza de resolver.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. Quando a senhora reportou esse fato ao Juiz João Carlos da Rocha Mattos, qual foi a reação dele? O que ele falou para a senhora? Ele tinha alguma vinculação com esse fato? A senhora verificou alguma vinculação? Porque a senhora disse: *“Assim que eu comecei a me relacionar com ele, fatos estranhos começaram a acontecer”*.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele achou que podia ser represália da ex-mulher dele.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A gente tem várias notificações aqui, nas anotações que nos foram encaminhadas, de que o Dr. João Carlos da Rocha Mattos, assim como a senhora, teve e tem problemas psíquicos e que algumas vezes, inclusive, tiveram em tratamento psiquiátrico. Eu gostaria que a senhora confirmasse. Quer dizer, o Dr. João Carlos parece que foi atendido, durante um longo período por um psiquiatra. Soubemos que ele tomava medicações fortes e era um homem, inclusive, violento, e que a senhora também faz uso de medicações fortes, tendo também assistência de um psiquiatra e que, numa oportunidade, inclusive, a senhora teria dirigido seu carro contra o carro dele, violentamente, provocando um acidente, em São Paulo. Gostaria que a senhora, por favor, comentasse se de fato essas afirmações são verdadeiras.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Essas afirmações são verdadeiras, sim. Nós tivemos um relacionamento extremamente conturbado. Esse episódio do carro é real. Eu realmente lancei o meu carro sobre o dele. A questão de tratamento psiquiátrico não é a esse ponto: eu nunca estive internada, ele também nunca foi internado. Eu já cheguei até a cogitar a hipótese, mas não tive recepção junto à Justiça Federal e ao próprio Tribunal lá em São Paulo. Cheguei a telefonar por duas vezes: uma para o gabinete da Dra. Diva Malerbi e uma para o gabinete do Dr. Paulo Otávio. Eu queria que a Justiça interditasse o João Carlos como... que pudesse, efetivamente, tomar conta dele.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora chegou a protocolar esse pedido? A senhora chegou a formalizar isso?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu telefonei para pedir audiência para essas finalidades. Cheguei a mencionar que eram problemas graves, que eram problemas familiares de extrema necessidade que me levavam a solicitar essa audiência.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora poderia caracterizar que tipo de problema lhe levou a isso? Porque, D. Norma, acho que é da maior importância, isso que a senhora está colocando. Se, de fato, a senhora fez uma solicitação nesse sentido, isso demonstra a sua responsabilidade para com a situação que ele vivia naquele momento. Em razão de que a senhora teria feito essas solicitações ou teria procurado essas autoridades? Baseada em quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Meu filho tem o mesmo nome do pai.

*(Intervenção inaudível.)*

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O meu filho tem o mesmo nome do pai dele, e eu achava que o João Carlos já tinha para lá de enlouquecido. Achava mesmo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, a senhora de certa forma, a senhora me desculpe, mas eu posso falar nisso, até com liberdade, porque eu mesmo, inúmeras vezes, me consulto com psiquiatra e me considero uma pessoa bastante dentro das regras da normalidade. Então, nós estamos conversando... É talvez nem seja tanto, mas, enfim, eu não acho que isso caracterize nenhuma loucura. Estou brincando apenas para desanuviar um pouco a reunião. No sentido de que me mostra a responsabilidade da senhora, no sentido que a senhora diz que ele já teria ultrapassado os limites do razoável, e a senhora, em função de o seu filho ter o mesmo nome que ele, a senhora, então, teria tomado esse cuidado. Foi isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Excelência, meu filho tentou se suicidar aos 7 anos de idade.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Gravíssimo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - João Carlos é filho de suicida.  
*(Pausa.)* Eu sempre temi muita coisa.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora, quando procurou essas autoridades, tinha algumas evidências e/ou características que pudessem colocá-lo como um estado fora da normalidade ou fora de um equilíbrio psíquico?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Doutor, segundo a minha opinião, sim. Mas eu não sou psiquiatra, eu não sei. Eu talvez também não tenha saúde suficiente ou lucidez suficiente para avaliar isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito, com relação a isso, a senhora disse que a senhora procurou as autoridades no sentido de pedir o afastamento psiquiátrico dele. Agora, com relação ao afastamento funcional, em função das atitudes dele, a senhora chegou a procurar a Corregedoria ou alguém no Tribunal ou nos Tribunais, a fim de afastá-lo? Quer dizer, para que ele não pudesse continuar na prática, enfim, dessas atividades que a senhora julgava fora da normalidade ou da razoabilidade?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Excelência, eu disse isso para o senhor. Por duas vezes, eu tentei, através de telefonemas, como mencionado, tentei ir até à Justiça conversar com as pessoas, com os superiores, para ver o que era possível fazer, até no sentido da interdição dele. Eu achava que o João Carlos tinha enlouquecido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas nós temos a informação de que a senhora voltou a conviver maritalmente com ele.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não foi maritalmente que eu voltei a viver com ele não, excelência. Aconteceu...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora poderia nos reportar como foram os fatos, só para que as pessoas que estão acompanhando terem... Como é que foi? A senhora se separou? A senhora o conheceu em 88. Viveu com ele quanto tempo? Se separou e voltou?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Em 98, nós nos separamos. Ele foi morar em outro lugar. Meu filho não suportava a ausência do pai. Ele chegou a residir novamente em minha casa, mas nós não mantínhamos mais um relacionamento.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Ele só coabitava com a senhora. Quer dizer, não havia relacionamento mais?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. E, no ano passado, depois que ele já estava inclusive casado com outra mulher, ele estava extremamente doente, eu cheguei a virar meu filho, no carro, para não ver o pai se arrastando, encostando em parede, tropeçando.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Ele tinha ataques de fúria. Não é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também teve, muitas vezes.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Esses ataques de fúria eram repentinos? Eram súbitos? Eram como sintoma médico?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele falava sozinho; ele ria sozinho; ele falava até com gente morta. Era muita coisa estranha que acontecia. E quando ele voltou lá para casa, no ano passado, foi porque ele estava caindo na rua, e o meu filho foi tomar um taxi e foi buscar o pai para ser cuidado. Ele parece que não estava se alimentando. Aí nós o alimentamos. Cuidamos dele. Quando ele ficou bem, ele foi embora novamente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Minha senhora, eu vou permitir que outros Deputados façam a continuação das perguntas, apesar de eu ter me atido ao tempo. Tem 15 minutos que eu estou lhe inquirindo. Eu gostaria de colocar para a senhora se durante esses ataques alguma vez a senhora verificou, quer dizer, que ele, enfim, agrediu a senhora ou seu filho de forma que representasse risco?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu cheguei a ir a Polícia, em 98, porque ele me agrediu.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Porque ele disse que iria matá-la.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas essa história é outra. Não, essa história de matar foi do acidente. Do acidente, não, do incidente.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Quando a senhora fez o incidente?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando eu provoquei.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Isso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Essa foi a história de matar, que eu suponho que o senhor tenha conhecimento, por isso está me perguntando dela.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Exatamente.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas existe uma anterior, que é de 1998, foi quando a gente, em seguida, se separou. E, quanto ao meu filho, ele



chegou a agredir também o menino uma vez, e eu até o levei ao médico, porque eu fiquei com medo, porque ele ficou enfurecido.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Então, eu gostaria só que a senhora colocasse o seguinte: com relação aos registros e ao acompanhamento de alguma das atividades ilícitas, a senhora, em algum momento, gerenciou ou tentou organizar a sua ação também profissional, no sentido de que ele tivesse uma outra conduta? A senhora tinha conhecimento das atividades dele dentro dessas ilicitudes?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu supunha e acusava, mas conhecimento, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Apesar de eu estar dentro do tempo que nós combinamos, eu vou passar a palavra, depois nós voltamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Está certo. O Relator quer fazer uma pergunta. Depois, a Deputada Laura Carneiro, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - É, eu serei muito breve, porque temos uma reunião também e vou ter que me ausentar daqui a pouco — viu, Deputado? —, como também a Deputada Laura. Mas a pergunta que vou fazer é muito importante para a CPI, como todas as outras que são feitas são importantes. Durante, a Operação Anaconda, D. Norma, foram feitas apreensões de documentos que evidenciam ou evidenciavam a existência de contas, de movimentação bancária no exterior. A senhora tinha conhecimento disso? Como é que isso se processava? Sabe que bancos operavam? Onde se faziam essas operações? Enfim, a senhora conhecia esse processo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, havia, lá em casa, um dossiê de uma conta de Nova Iorque, que era de um processo. Não sei exatamente de quem, do quê. Eu sei que tinha lá. Era um dossiê muito grande, e sei que era de uma conta. E outra coisa que também chegou até a ir para os jornais era uma comunicação da Justiça da Suíça do bloqueio de uma conta bancária, de um processo da Barcelona Turismo. Disso que eu sei.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O banco onde eram feitas as operações a senhora não sabe qual?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - De Nova Iorque talvez fosse aquele... Não tenho certeza se era o *Commercial Bank*, se era... Talvez alguma coisa relacionada com a operação do BANESTADO. Eu não sei. Era um dossiê que estava lá, mas eu não...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - A senhora lembra de valores, de cifras?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não, não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não. Bem, agora uma última pergunta: a sua fonte de rendimentos. Nos últimos 5 anos, as origens de seus rendimentos vinham de onde? De salários? O que mais? Aluguéis?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, tem um aluguel que passava, por dotação de pessoa da família, para o meu filho, a pensão do João Carlos para o meu filho, e eu cheguei a fazer inúmeros trabalhos de consultoria tributária.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Em algum momento, nestes últimos 5 anos, a senhora chegou a movimentar em suas contas algum dinheiro de Rocha Mattos, alguma coisa extraordinária, diferente do seu rendimento ou da..?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não, senhor.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Só do seu rendimento?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Só.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Mas, D. Norma, nós temos um documento aqui. Nós quebramos o seu sigilo fiscal e nós verificamos que a senhora, no ano de 98, teve uma movimentação de 156 mil reais; no ano de 99, essa movimentação salta para 872 mil; no ano de 2000, ela cai para 246 mil; novamente, em 2001, salta para 712 mil; depois, em 2002, cai para 151 mil e sobe para 201 mil, em 2003. Então, dessa informação oficial, a gente verifica que, quando a senhora declara seus rendimentos, as fontes de renda, há uma freqüência. Os valores são próximos: 104.000, em um ano; 140.000, no outro; 126.000 no outro; 140.000, no outro; 198.000. Há uma certa freqüência. Mas, quando verificamos a sua movimentação bancária, ela dá picos elevados: em um ano, 156.000; no outro, 872.000. Como é que a senhora explica esse valor tão diferenciado de um ano para outro? Depois, cai para 240.000. Depois, salta novamente para 711.000. Vamos



passar o documento para a senhora. Como é que a senhora explica essa variação? Quanto às rendas, há uma freqüência, nos 5 anos; quanto às movimentações bancárias, picos elevadíssimos.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, para isso, é necessário o exame das próprias declarações de rendimentos, porque pode ter havido vendas imobiliárias, pode ter havido receitas de interesses de aplicações bancárias. É necessário o exame das próprias declarações. Isso aqui é um resumo muito pequeno para que eu possa me manifestar a respeito.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sei, então, oportunamente, nós vamos examinar mais detalhadamente. Mas a pergunta foi no sentido de saber se a senhora, em algum momento, teria feito movimentação em sua conta de algum dinheiro de Rocha Mattos e companhia limitada. Então, foi nesse sentido.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Absolutamente, não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Fica na sua responsabilidade a explicação sobre esse fato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Josias Quintal.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - As declarações, eu acho que estão sob exame já.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Está bom.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputada Laura Carneiro, por favor.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - D. Norma, eu vou lhe fazer algumas perguntas, tentando, de alguma maneira, fazer com que a gente possa estabelecer um raciocínio, se a senhora... Se eventualmente eu perguntar alguma coisa que esteja errada, a senhora pode dizer: Deputada, isso não é verdade. Se a senhora achar que está certo, a senhora vai continuando. Primeiro, eu queria saber uma coisa: a senhora, quando chegou aqui, tomou algum remédio, na carceragem? Alguma coisa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A senhora não tomou nenhum remédio hoje?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, não. Só curiosidade mesmo: qual é o remédio que normalmente a senhora toma? A senhora disse, não me lembro, talvez para a Deputada Vanessa, que a senhora tomava alguns remédios fortes. Que remédios a senhora toma ou tomava?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu tomo Diazepan e tomo cloridrato de fluoxetina. Um é para dormir, o outro é para combater a depressão.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, a senhora toma um antidepressivo e o Diazepan, para dormir. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A senhora, pelo que a senhora contou para nós, teve uma relação com o Dr. João Carlos Rocha de mais ou menos 3 anos. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Quanto tempo vocês ficaram casados? Quanto tempo vocês conviveram?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Cerca de 10 anos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Dez anos. Maritalmente, na mesma casa, quanto tempo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pois foram esses 10 anos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Antes disso, namorando com ele?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pouco tempo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mais ou menos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Poucos meses.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Meses. Então, na verdade, vocês tiveram um relacionamento de 10 anos e alguma coisa. Não é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, sim, senhora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E a senhora se separou dele em 98. Teve uma gravidez, pelo que eu entendi, grave, quer dizer, foi muito difícil a senhora engravidar. A senhora só conseguiu engravidar com 40 anos. Não é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, foi uma relação sofrida a relação de vocês?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu diria que sim. É algo que merece tratamento de condição da mulher neste País.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pois é em função disso mesmo que eu estou lhe perguntando. Foi uma relação sofrida, mas, de alguma maneira, vocês eram muito cúmplices, porque tinham um filho, que era uma vontade da senhora e dele. Tiveram um filho e eram muito amigos, digamos assim. Eram?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu não acho isso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não eram muito amigos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não éramos. Acho que nada amigos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA** - Nada amigos? Como? Explica para mim.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, nada amigos. Nós mantínhamos a conveniência, quando conseguíamos manter a conveniência, do que era necessário para o nosso filho.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Isso começou a acontecer em que momento?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando ele começou a sair com outras mulheres.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas em que parte do casamento, com 2, 3 anos de casados ou logo no começo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu estou lhe dizendo que foi em 98 que a gente se separou e que isso começou a ocorrer nessa época.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Em 98. Então, de 88 a 98 era um relacionamento...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Normal.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Normal. Então, vamos só entender esse período, porque para nós é importante. Durante esses 10 anos, vocês mantiveram uma vida marital, não era às mil maravilhas, mas era uma sociedade razoável. Não é isso? E, nesse período, vocês viajavam muito?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, sempre viajamos bastante, sempre saímos bastante, sempre convivemos com muitas pessoas, como todo mundo vive, normalmente.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, e essas viagens eram pelo Brasil ou eram para fora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tanto para o Brasil quanto para fora.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E para onde a senhora foi com ele fora do Brasil?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Para os Estados Unidos e para a Europa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Na Europa a senhora foi a que países?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fui a Portugal, eu fui à Espanha, eu fui à França, eu fui à Suíça, eu fui à Itália, eu fui à Alemanha — essas viagens que todo mundo faz, absolutamente corriqueiras.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, claro. Não estou julgando, doutora — não me cabe. Eu só estou perguntando.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, absolutamente; é que eu percebo um certo desvio aqui dos objetivos da CPI...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Silêncio, por favor! Silêncio!

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, não. A senhora não conhece minha forma de fazer depoimento. Não, eu vou chegar onde eu quero.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A minha vida pessoal é que está sendo enfatizada aqui de uma forma invasiva.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - D. Norma... D. Norma, deixe-me explicar para a senhora, a senhora não me conhece perguntando. Eu vou chegar onde eu quero. Por isso eu lhe disse que vou fazer meu questionamento dessa maneira. Mas é assim que eu sei perguntar. Então, a senhora me respeite na minha forma de perguntar, e eu também lhe respeito. Eu não vou lhe perguntar sobre a sua vida pessoal propriamente dita. Ao contrário, eu quero livrá-la disso, porque não é uma situação agradável. Mas eu tenho de usar as palavras que a senhora usou, e



tenho de usar os dados que nós temos. Então, talvez eu não faça perguntas tão diretas quanto os outros Deputados, mas eu aprendi assim e só sei fazer assim. Então, vamos continuar. Nessas viagens que a senhora fez com ele, tanto para os Estados Unidos como para os países da Europa, a senhora chegou a abrir alguma conta bancária em seu nome, ou ele chegou a abrir alguma conta bancária para a senhora, ou vocês levavam dinheiro, dólares, euros — naquela época nem tinha euro —, ou vocês tinham conta fora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu cheguei a ter uma conta bancária em Paris.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A senhora teve uma conta em Paris?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu tive.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Em que banco?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - No Banco Santander.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - No Santander.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Era uma conta de uns 10 mil dólares...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Uma conta pequena.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E encerrei a conta.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Sim, mas só a senhora. O seu ex-marido não tinha conta?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Nem nunca teve?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Então, vocês movimentavam os dólares que compravam no Brasil, normalmente, é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Como movimentávamos?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Na viagem — tem de pagar contas, não é?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, pagam-se contas com o dinheiro que se leva.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Cartões de crédito, vocês usavam muito?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Normalmente era em dinheiro?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, as nossas viagens eram sempre muito baratas. Não havia necessidade de ficar usando cartão, essas coisas todas.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E a senhora — eu não lhe conheço, por isso vou lhe perguntar — usa muitas jóias, gosta disso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu gosto, eu tenho grande paixão por jóias. Foi a minha paixão por jóias que chegou a me levar até o garimpo, porque eu mesma fazia, como artesanato, ourivesaria desde a minha juventude.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Interessante. E a senhora tem muitas jóias?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não diria muitas, mas eu tenho jóias.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Tem uma quantidade boa, digamos assim.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E essas jóias ficam onde? Em algum cofre?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não. Ficam em casa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ficam em casa.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Elas foram apreendidas, quando da busca e apreensão?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foram apreendidas. Estavam perfeitamente visíveis. Não são coisas assim tão importantes.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Agora me diga uma coisa. Nessa mesma apreensão das jóias foram apreendidos 2 quilos de lingotes de ouro. Esse



ouro a senhora tinha porque a senhora, de alguma maneira, fazia jóias ou porque era uma forma de investimento?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que a senhora não esteve presente anteriormente, quando eu disse...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, não estava. Eu estava na Comissão de Orçamento.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...quando eu disse que já fui garimpeira durante muito tempo...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, isso eu ouvi, Isso eu ouvi. Por isso, estou lhe perguntando, aliás.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, a senhora está voltando a uma assunto que eu já havia colocado. Inclusive um dos lingotes ainda é azougado, que eu deixei guardado de lembrança. Lingote azougado é aquela queima de ouro que a gente faz de forma amadora. Não é aquela queima de purificação total do ouro para chegar ao ouro mil, é a queima do ouro com mercúrio. Ele fica com uma aparência mais arranhada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - É o tipo de explicação que não me interessa muito, mas enfim...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A senhora me perguntou dos lingotes...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Minha pergunta era sobre os lingotes. Então esses lingotes eram porque a senhora, de alguma maneira, trabalha... é uma ourives, uma ourives amadora, digamos assim. Não sei se amadora, desculpe-me. Estou dizendo que a senhora não trabalha com isso mais, mas já trabalhou profissionalmente com isso. Então eu diria que a senhora tinha esses lingotes porque a senhora trabalha com ouro. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Esses lingotes são ainda de ouro remanescente da minha extração de ouro lá no garimpo do Mato Grosso, porque o ouro é eterno, a senhora sabe. Ele se mantém, se conserva.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu sei, claro, óbvio. Não tem problema, não. Vamos continuar. Em seu depoimento, algumas coisas me assustaram, e vou fazer algumas perguntas em função disso. A senhora disse



inicialmente, numa de suas falas, que a senhora tinha um conjunto de insinuações. A expressão foi: “*Conjunto de insinuações que eu fazia. Eu supunha e depois acusava*”. Depois a senhora disse também, em outra ocasião, que as gravações eram uma forma de mandar um recado, que a senhora queria se vingar. Isso é muito importante para nós. A gente tem que entender as denúncias que a senhora inicialmente fez. E me parece — posso estar errada — que, de alguma maneira, a senhora tenta dizer, neste momento, que não eram denúncias e sim insinuações, que não havia gravidade, mas que, ao contrário disso, eram peças remanescentes de um decálogo, por exemplo, que a senhora queria de alguma maneira juntar, mas não conseguia juntar. Então eu queria entender um pouquinho como isso funcionou. Por que essa raiva toda, se a relação durante 10 anos era suportável? Por que gravar alguém, se você está convivendo com esse alguém?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando eu gravei, eu não convivia.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas a senhora gravou desde quando? Desde 98?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse para a senhora que deve ter uns 3 anos que eu fazia gravações. Mais ou menos isso.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A senhora, então, só passou a gravar depois de 98, quando a senhora viu que ele estava namorando outras pessoas, que a senhora percebeu que a senhora ia se separar dele. É isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, quando nós já estávamos separados.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas aí ele voltou. Mesmo assim ele voltou.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse à senhora — eu disse a todos, aliás — que nós não voltamos a uma casamento.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, eu já entendi. Mas voltaram a morar na mesma casa, o que significa que o ódio já era menor.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele foi morar na minha casa...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Em função do seu filho.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...em função do meu filho, que, como eu disse à senhora, aos 7 anos de idade...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Pediu por ele.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...tentou se suicidar — fato que, inclusive, se repetiu. A última vez que isso aconteceu foi no ano passado, em dezembro. Eu não estava nem em casa. O pai estava visitando-o...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - E a senhora, em função de seu filho, como boa mãe...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E ele mesmo me ligou onde eu estava, numa loja de calçados, dizendo que o menino quase tinha se atirado pela janela etc. etc. etc.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Isso eu já entendi, D. Norma. Eu não queria nem voltar a esse assunto. A idéia não é voltar a esse assunto, que eu sei que a fere muito, machuca-a.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A senhora está, infelizmente...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas infelizmente eu tenho que fazer algumas perguntas que são duras. Mas eu não tenho outra solução.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A senhora vai consertar a minha vida?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, a sua, não. Infelizmente não vou poder. Mas talvez a gente possa auxiliar outras vidas, quem sabe. Talvez a gente possa ajudar a solucionar a vida de quem é muito caro à senhora, que é seu filho. Talvez, esclarecendo esse assunto, nós estejamos caminhando para que ele tenha uma maturidade feliz, que é o objetivo da senhora e nosso. Mas não vamos entrar nisso, não.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu talvez faça um pedido para que o Governo americano se encarregue do meu filho, porque eu acho que ele não tem mais condições nem de viver neste País. Já formulei essa questão ao meu advogado, porque, infelizmente, com todo o escracho que vem ocorrendo...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora tem parentes lá nos Estados Unidos?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, eu não tenho parentes lá, não. Eu entregaria meu filho ao Governo americano. Acho que ele estaria melhor do que como ele está aqui, sujeito a tudo o que ele está sujeito, desde a deflagração dessa Operação Anaconda. Ele já esteve vendo pela janela a imprensa fiscalizando a casa, divulgando imagens de local onde ele se encontra etc. etc., fatos que me tornam insegura e a ele também.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Claro.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deputada, eu acho que eu não vou conseguir mais falar com a senhora. Não dá.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mas eu nem comecei e a senhora já não quer falar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tudo bem, mas eu estou sofrendo. É porque eu estou sofrendo.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está bem, vou respeitar seu sofrimento e vou mudar o assunto. Não vou mais falar nisso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputada Laura, como vai começar a votação nominal, sugiro aos Srs. Deputados que saiam um por um. Há ainda 5 inscritos, antes de terminarmos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Mais tarde poderemos até voltar, Sr. Presidente, mas infelizmente estou na Comissão de Orçamento, representando a bancada do Rio. Queria pelo menos terminar o raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Só estou avisando que há 5 inscritos depois de V.Exa., que precisam perguntar também.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está bem, Presidente, mas eu não reclamei de ninguém.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O Deputado Júlio Lopes, que é um dos grande militantes desta Comissão, perguntou por meros 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Se V.Exa. for justo, verá que eu não perguntei nem isso. Estou ouvindo. Mas, enfim, deixe-me terminar pelo menos o raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pois não, Deputada.



**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A senhora falou na Operação Anaconda. Em algum momento a senhora foi informada de que essa Operação ocorreria? *(Pausa.)* D. Norma, a senhora quer beber alguma coisa? Vou voltar à pergunta, mudando de assunto completamente. Vou mudar o tema, para melhorar para a senhora. A senhora disse, durante o depoimento...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputada, prossiga, que há outros objetivos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Se V.Exas. não querem que eu pergunte, eu não pergunto. Agora, se me deixarem fazer meu raciocínio...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Mas há tempo. V.Exa. não pode chegar aqui e achar que pode perguntar a vida toda.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então não pergunto. É mais fácil. A senhora disse que falava com o Sr. Herman a cada 2 meses e toda vez que a senhora queria uma informação. Ora, pelo que entendi, a senhora disse isso num determinado momento. Em outro momento, a senhora disse que ele trabalhava com o Dr. Casem, como se fosse uma coisa separada da senhora, o que significa dizer que, quando a senhora precisava de uma informação, a senhora recorria ao Sr. Herman.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse à senhora que...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - A mim e a todos. Não foi a mim, não.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe-me. Eu disse que havia sempre noticiário da imprensa dando conta de insinuações a respeito não só de um, como de diversos juízes, não só de uma autoridade, como de diversas autoridades. Tendo em vista a ligação do César Herman com a Justiça, eu às vezes ligava para ele para tentar ficar sabendo de alguma coisa, sim. E também tinha sido, lá do escritório dele, a Dra. Regina que iria cuidar da efetivação da minha separação do Dr. João Carlos. Então, eu tinha sempre alguns assuntos para tratar com ele, sim.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - O que eu não consigo entender... Desculpe-me, D. Norma, mas eu não consigo entender esse conjunto de coisas. A senhora gravava, passou a gravar seu ex-marido. A senhora, de alguma maneira,



disse que supunha... Embora a senhora o tivesse acusado, agora a senhora não o acusa mais. A senhora disse que mal conhecia o Sr. Bellini, mas, em compensação, que o Dr. Paulo Lacerda ia sempre a sua casa...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O Dr. Bellini, eu disse que não o conhecia. Nunca tive vontade de conhecer...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Porque ele ameaçou, já sei.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhora. Não foi porque ele ameaçou, não. Foi porque, quando eu ainda era namorada do Dr. João Carlos, houve um episódio em que teria sido solicitada droga a ele para colocar no meu carro. Então ele, para mim, era uma pessoa sinistra, era uma pessoa com quem eu jamais poderia ter qualquer tipo de ligação.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Então, D. Norma, deixe-me tentar entender. Se a senhora, logo no começo de seu relacionamento com o Sr. Rocha Mattos, já começou com uma possibilidade, quase uma denúncia de que ia haver sobre a senhora um anúncio de narcotráfico, de uso de droga — a senhora começou assim o relacionamento —, como é que esse relacionamento perdura? Como é que a senhora continua? E mais: que grau de entendimento a senhora podia ter com o César Herman, se ele era um agente? Eu não consigo entender. As peças, D. Norma, para nós, têm de se encaixar, e elas não estão se encaixando.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O Dr. César Herman, o Sr. César Herman eu não o conheci na condição de agente da Polícia Federal. Quando eu o conheci, ele não era agente da Polícia Federal, ele estava afastado da Polícia Federal. Ele ia em casa pedir orientação para o processo dele. Ele tinha um processo onde ele... Ele havia sido afastado da polícia por causa de uma arma, uma arma pesada...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Uma arma pesada? Que arma pesada?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É arma que não é revolverzinho, que não é pistolinha.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não, claro que não. Eu sei o que é arma pesada. Qual é a arma?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei como é o nome da arma, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Está certo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas é uma arma pesada, porque arma pesada é que leva à demissão de alguém. Não é um revólver de uso oficial, autorizado, é uma arma diferente. Eu não sei se era metralhadora, eu não sei se era espingarda de grosso calibre...

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Que o César tinha.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele foi demitido por causa dessa arma. E ele pedia ajuda...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Por favor, quero advertir que é sua última pergunta, Deputada, porque há 6 Deputados aqui inscritos.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Deixe-a terminar de responder.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Presidente, o senhor quer que eu responda ou interrompa?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Por favor.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A senhora quer a resposta?

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Claro que eu quero a resposta.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então, em decorrência do uso, do porte ou sei lá do que dessa tal arma pesada, o César Herman ficou afastado da polícia. E, enquanto ele tinha esse processo, ele ia lá em casa buscar material, buscar subsídios para a defesa dele. Então, ele se tornou uma pessoa que freqüentava minha casa. Ele tinha criança do tamanho do meu, um pouco mais velho do que o meu, e o menino ia junto. Estabeleceu-se uma amizade até a partir dessa ligação das crianças.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Isso com o César. A senhora estabeleceu alguma relação eventual, ou a senhora conheceu, ou a senhora viu, ou a senhora saiu para jantar, ou teve algum contato para sair para jantar com o Sr. Law Kin Chong?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Não? Nunca? E a estória da televisão? É verdade ou mentira?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, essa estória de televisão também, que eu saiba, não tem nada a ver com o Sr. Law. Que eu saiba, não. Eu tenho conhecimento de uma televisão que foi comprada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputada Laura Carneiro. Com a palavra o Deputado Julio Semeghini.

**A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO** - Eu não agradeço a V.Exa., porque não consegui terminar o raciocínio.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Muito obrigado, Sr. Presidente. Norma, eu queria, primeiro, agradecer, independentemente de tudo — ninguém está isentando, ninguém está julgando —, o esforço que a senhora está fazendo para poder continuar esta sessão. Eu queria que a senhora me descrevesse um pouco melhor as coisas que foram encontradas na sua casa. Nós temos uma matéria no jornal que diz que foram encontrados documentos, que foi encontrado, como a senhora mesmo disse agora há pouco, esse dossiê em relação a uma conta em Nova York, que depois, na verdade, é em relação à Suíça. Eu gostaria que a senhora me dissesse um pouco do que realmente foi encontrado na sua casa, porque nós mesmos estamos fazendo confusão de muitos lugares de que esses documentos vieram, como o próprio livro, que o Deputado Júlio colocou muito bem — e eu mesmo li também —, que eles tinham encontrado na sua casa. É um livro preto, que servia de contabilidade. Na verdade, de quem recebia ou não. Então, é muito importante para nós esclarecer isso. A senhora podia, com as suas palavras, descrever tudo que a senhora se lembra que realmente foi retirado da sua casa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, Excelência. Infelizmente eu não posso dizer o que foi retirado da minha casa, porque eu não sei. É muito papel. É acervo de muito tempo. São coisas que nem eu tenho idéia do que são, essas tais cópias de sentenças, essas coisas. Isso tudo era material de trabalho do próprio João Carlos, eram coisas que pessoas devolviam, porque tinham pego com ele, devolviam lá em casa e iam ficando esses materiais, essas cópias, essas jurisprudências. Quando ele saiu lá de casa, foram kombis e kombis carregadas de papéis, porque era uma metragem cúbica assim absurda.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Além de papéis, o que a senhora lembra que foi tirado? A televisão, parece, que a Deputada Laura acabou de perguntar. Estava uma televisão na sua casa, não é? Era de tela de plasma.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tinha uma televisão lá em casa, que foi comprada até com defeito. Era uma televisão assim que, no canto direito, tinha um pedaço arrancado. Era uma televisão que tinha sido comprada quebrada, porque ela estava com defeito. Não sei se onde ela estava exposta caiu...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E quando essa TV chegou para a senhora, ela estava funcionando na época, não estava?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Por incrível que pareça, doutor, eu não assisto televisão. Eu nunca mexi nesse aparelho de televisão. Se foi ligada, meu filho que ligou. Eu não tenho a menor idéia. Eu não mexo nesses aparelhos.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E além da televisão, Sra. Norma, então, tinha um monte de papéis que eram processos, essas coisas, tinha a televisão. O que mais tinha?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, levaram um computador de uso escolar do meu filho. Curiosamente, o do Dr. Antônio Augusto César...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não levaram?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ... como mencionei, não levaram. É engraçado isso.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas nós vamos apurar o porquê, pode ficar tranqüila.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Só o computador...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Só esse detalhe. Como é que foi o negócio?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Ela está lembrando que ela já falou e que a matéria diz que, quando o Subprocurador, na verdade, foi até um dos escritórios, e estavam apanhando a coisa, disse que um computador era dele e não permitiu que o levassem. O pior de tudo: não levaram. Esse computador não foi apreendido. Esse computador deveria ter — deve ter, não sei mais se tem, porque já limparam a memória do computador, que deve ter sido apagada — uma série de



informações, que acabaram não levando. É isso que a Sra. Norma já explicou para a gente. Não é isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe, só tem uma impropriedade no que o senhor disse...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Por favor, pode esclarecer. Fique à vontade.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Absolutamente, não é para desmenti-lo, é só para esclarecer. Quando encontraram o computador do Dr. Antônio Augusto César, isso até pela própria resposta escrita da Procuradora que participou da diligência para a revista *ISTOÉ*, na seção de Carta ao Leitor, essa Procuradora atribuiu que não tinha importância esse computador do Dr. Antônio Augusto César, lá no escritório da Avenida Faria Lima, que é o escritório do Affonso Passarelli. Não foi o próprio Dr. Antônio Augusto que disse que... Ele não estava presente.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Ah, sim. Está certo. É que a matéria que eu li dizia que ele é quem dizia. Mas a senhora esclareceu, e tenho a certeza de que a senhora está melhor informada.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe. Apenas do que eu sei...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não é importante. Eu concordo. Confio na senhora. É que não é importante. Como o Medeiros falou, a senhora fique tranqüila. Para mim, está esclarecido. Eu confio nisso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Obrigada.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Uma outra coisa. Além dos computadores, também tinha uma série de CDs que a senhora falou, de fitas e mais alguns documentos. Havia algum outro tipo de material que o juiz guardava, material que o seu ex-marido guardava, documentos — já tiradas cópias digitais — que ele pudesse estar recebendo de algum fórum informatizado, ou eram só papéis físicos em pastas? Como esses materiais estavam armazenados?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, eu não sei, porque lá em casa tinha duas salas que eu praticamente nem entrava, porque era tudo muito revirado, tudo muito confuso.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Está certo. E essas fitas que foram presas também estavam lá dentro? Essas fitas que foram apreendidas e gravadas.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Até fizeram um pouco de pilhéria, que as fitas estavam na minha banheira. Na verdade, lá no meu quarto tem uma banheira que tem degraus para chegar nela, e ele jogava papéis lá, fazia pilhas enormes de papéis e de outras coisas. Então, devia estar lá.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora chegou a ver algumas dessas fitas, alguma vez? A senhora pegou? Teve um período em que a senhora tentou gravar as fitas dele também, para tentar ver se incriminava, para protegê-la ou sei lá qual o seu interesse pessoal em fazer. A senhora já disse aqui, eu não estou questionando. Qual foi o período em que a senhora tentou fazer essas fitas? Foi longo? Foram alguns meses? Foi um ano? Qual foi?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse para todos que há cerca de uns 3 anos eu fazia gravações. Agora, quanto a esses materiais dessas fitas, eu já pedi o direito de silêncio.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Ah, não, eu não estou nem me referindo mais a essas fitas. Desculpe. Tem a fita de vídeo e tem a fita onde a senhora grava também a voz, um gravador que a senhora deve ter acoplado ao seu telefone também. Não tinha? A senhora ficou gravando. Que parte dessas coisas foram transcritas na imprensa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu tive um gravadorzinho que ficava grudado no telefone. Depois ele não funcionava mais, não tinha conserto. Eu o joguei fora e aí usava um gravador com viva voz no telefone.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Está bem. Uma outra coisa: pelo que eu estou vendo, ele mandava alguém na sua casa, mesmo no período em que ele não morava lá, para colocar e tirar documentos, apanhar papéis, apanhar cópias de processo e deixar material. Era freqüente ele continuar tendo acesso a sua casa para esse tipo de coisa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, era freqüente que ele fosse lá até para tomar remédio, porque tinha remédio dele que ele esquecia nas prateleiras dos lugares de remédios, e ele trabalha a 70, 80 metros lá de casa. Era muito perto. Então, quando meu filho chegava da escola, passava pela Justiça, ele



subia, ia junto e ia com meu filho lá, eu estando ou não em casa. Ele deixava pastas, papéis, largava coisas lá e depois mandava buscar. Brigava, porque eu não sabia o que era e não achava. É claro, eu não sabia o que era.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Está certo. Então, só para a gente mudar de assunto agora, rapidinho. Na verdade, ele estava construindo um patrimônio paralelo ao seu. É claro, a gente percebe. Ele já tinha uma vida própria e já tinha receita, e parte dela a senhora era informada, parte, não. Durante o seu período de casamento e de convívio, a senhora desconfiava que ele tivesse contas independentes, tivesse receitas de outra forma, ou estivesse juntando esse dinheiro em algum lugar, ou fazendo alguma aplicação diferente, ou alguma coisa desse tipo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Enquanto a gente viveu normalmente... ninguém tem desconfiança de ninguém, ninguém percebe nada. A gente vive a vida no cotidiano normal, sem maiores sobressaltos.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora me perdoe, então, fazer uma pergunta que não tem a ver com o lado íntimo, mas com esse lado material da coisa, Sra. Norma. O Sr. Rocha Mattos estava adquirindo alguns bens, apartamentos ou coisa desse tipo em nome da Sra. Aline? O apartamento recente que essa moça estava comprando é fruto de um outro casamento? A senhora tem alguma informação de que alguns imóveis estavam sendo comprados em nome dessa moça ou dessa mulher? Desculpe. Eu não a conheço, não sei nem como me referir a ela.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei o suficiente.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas a senhora, pelo menos, acredita que estivesse fazendo alguma coisa? Sem ser com dados detalhados, isso estava acontecendo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sei que ela era detentora de um apartamento em Curitiba.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Só isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Só isso que eu sei.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Uma outra coisa importante, que eu também gostaria de saber: a senhora, nesse período em que se dava bem com ele,



sabia de alguns grandes clientes dele, famosos, que ele teve, ou de julgamento que ele participou, que ele fez? Por exemplo, a senhora se lembra de ele ter comentado com a senhora sobre algum processo do Luiz Estevão, ou de algum processo do Sr. Quércia, ou de alguma outra autoridade política ou não política, de grandes empresários? Ele pelo menos comentava alguma coisa sobre esses assuntos com a senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu tenho conhecimento, lendo, dessa questão do ex-Governador Quércia, porque foi inclusive o pano de fundo de um afastamento que o Dr. João Carlos sofreu da Justiça. Na verdade, por ter feito uma carta que foi sentida ameaçadora pelo então Presidente do Tribunal, Dr. Omar Cais. A imprensa bateu durante 1 ano e houve, acho, até uma CPI sobre isso também; pelo menos, um assunto correlato. E houve muita insinuação a respeito de Orestes Quércia ter dado dinheiro para ele. Essas insinuações partiram de alguns adversários dele, que insuflavam a imprensa. No caso, à época, era muito nítido que a participação nesse episódio era do próprio Presidente do Tribunal, Dr. Omar Cais. Eles eram altamente inimigos.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora sabe como nasceu essa inimizade entre os 2? Por que chegou ao ponto de ter ameaças com o Presidente do Tribunal? A senhora se lembra do motivo?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que isso é anterior à minha presença na vida dele.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Ele nunca comentou com a senhora se era uma disputa do tribunal, se era alguma causa que ele quis ter e acabou não vindo para a mão dele e foi distribuído para outro?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, nem existe esse negócio de distribuir e querer. Não tem isso. A distribuição é livre, é automática. Não tem esse tipo de disputa.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas ele nunca comentou o motivo por que chegaram a ser inimigos daquela forma, como acabaram ficando os 2?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Na verdade tanto o Dr. João Carlos quanto o Dr. Omar Cais são pessoas de um temperamento intratável. São pessoas que gritam, que fazem escândalo na defesa das suas idéias e dos



seus pontos de vista. Eu acho que eles tinham atritos dessa natureza. E, quando eu conheci o Dr. João Carlos, eles já não se davam.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Então, só para mudar de assunto...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, mas eu quero...

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Por favor. Não, desculpe-me.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ...ir até o fim nessa questão do Orestes Quércia.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Fique à vontade. Perdão.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então, havia uma questão de — eu acompanhei bem de perto isso — competência da Justiça Federal ou do Tribunal de Justiça do Estado. Enfim, todas as etapas desse processo levaram esse processo até o Supremo Tribunal Federal. Foi uma grande vitória intelectual do Dr. João Carlos o fato de tudo ter se mantido em todas as instâncias. No STJ até parece que foi uma decisão unânime da Corte e no Supremo eu não me lembro. Mas tudo aquilo foi insinuado e colocado de forma maldosa. Tenho certeza de que ele trabalhou dentro da maior lisura, dentro do maior comprometimento com a boa técnica jurídica, porque o caso foi se confirmando a cada etapa. E aquilo para nós representava uma alegria muito grande, aquilo tinha um significado emocional, justamente por causa das insidiosas afirmações e das perseguições do Dr. Omar Cais contra ele, especificamente no tocante a isso.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Obrigado. Desculpe eu ter interrompido, mas na verdade eu também tenho meu tempo aqui. Daqui a pouco o Presidente vai pedir para falar, mas eu tenho duas perguntas.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas eu precisava chegar até o Supremo. Isso aí eu tinha que lhe colocar.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Uma outra coisa: a senhora sabe de um apartamento na Rua Maranhão? É lá que mora ou morou o juiz, seu ex-marido? O que é esse apartamento que ele morou ou mora, lá na Rua Maranhão?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, esse apartamento foi emprestado para ele pelo Dr. Carlos Alberto. E eu cheguei a fazer um escândalo muito grande com o Dr. Carlos Alberto, num restaurante, quando nós o encontramos, em razão da cessão desse apartamento. Eu vivia dizendo que era do



próprio João Carlos, que eles deviam ter alguma coisa a ver com esse apartamento. Mas ele foi emprestado.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E a senhora sabe, hoje, de quem é esse apartamento?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei de quem é esse apartamento, mas é de um cliente do Carlos Alberto. Eu não sei se é do Uruguai ou se é do Paraguai. É um cliente do Carlos Alberto que tem esse apartamento e que emprestou esse apartamento para ele. Ele morou e saiu desse apartamento algumas vezes.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Na verdade, esse apartamento é de uma *off shore* uruguaia. Eu não sei se essa pessoa morou ou não morou e tal. Agora, é normal um juiz morar num apartamento emprestado por um advogado de uma pessoa que não mora no Brasil? Foi assim mesmo que ele justificou o motivo por que ele recebeu esse apartamento para morar lá? Teve alguma coisa desse tipo que a senhora acha que fosse razoável? Ele convenceu a senhora de que esse apartamento pode não ser do nome dele e de uma *off shore* que ele seja sócio lá no Uruguai?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas isso eu queria descobrir, porque, se isso for dele, também é meu.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E a senhora não chegou a esclarecer esse caso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não consegui. Se é dele, também é meu. Se é dele e foi comprado com dinheiro que tivesse sido dele, teria sido meu também, porque nós tínhamos uma união civil. Eu sempre insinuei que era dele, porque eu achava que, se tinha alguma coisa a ver que fosse dele, ele teria que me dar uma parte disso — a metade, no caso.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora sabe de algum outro relacionamento dele com o Lobão? Há alguma coisa que ele tenha dito para a senhora, nessas conversas que a gente ouviu? O que mais a senhora tem, na verdade, do relacionamento dele com o Sr. Eleutério?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, do Lobão eu nunca ouvi falar, a não ser agora, quando houve essa questão de contrabando de cigarros. Nunca tinha ouvido falar.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora não ouviu e não estava acompanhando, não sabia dessas coisas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sabia nem da existência dessa pessoa. Eu só soube da existência desse Lobão quando houve esse episódio de grande contrabandista de cigarros.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Agora a última pergunta aqui, então, que eu gostaria ainda de falar à senhora, que é a seguinte: nesse fato que tem, do Sr. César Herman, ele foi na verdade trabalhar com o Casem? Quando ele foi trabalhar com ele? Faz tempo que ele trabalha com um outro juiz, com o Casem Mazloun? Quando foi? A senhora disse que já o conhecia antigamente. A senhora já o conheceu trabalhando com esse outro juiz, ou ele foi requisitado depois, nesse período?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Eu conheci o César Herman quando ele estava afastado da Polícia Federal.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Foi no período em que ele estava afastado.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Foi há muitos anos que eu o conheci. Depois, ele voltou para a Polícia Federal. Trabalhava como agente. Por alguma questão política, não estava dando certo, ou chefia, ou sei lá o que — não tenho detalhes disso —, o Dr. Casem Mazloun requisitou o César para trabalhar dentro da Justiça Federal, lá na Praça da República, porque precisaria de mais segurança para o prédio. Ele seria um estrategista dessa segurança, alguma coisa assim. Chegou até a elucidar ou a ajudar a prender um seqüestrador do marido de uma juíza, essas coisas. Eu sei que foi requisitado pelo Casem Mazloun, e a função dele tinha a ver com a segurança do edifício da Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Quando a senhora tentou fazer a gravação daquelas fitas todas que a senhora fez — para encerrar, Presidente, garanto —, quando a senhora estava fazendo aquelas gravações e estava tentando, durante esse período, nesses anos... Eu sinto que em relação a algumas coisas a



senhora fica preocupada e eu não vou insistir. Essas fitas que a senhora gravou, elas foram presas ou a senhora acha que tem alguma informação importante que a senhora gostaria de falar e que a senhora acabou não gravando ou gravou por cima? Hoje, quando a senhora vê esse quadro todo, naquelas escutas, naquela tentativa de gravação, há alguma coisa importante, relevante, que envolva pessoas mais sérias e que a senhora pudesse nos ajudar ou pudesse falar para esta CPI tentar... alguma dúvida que a senhora tenha sobre seus bens e que a senhora não sabe se foi ou não esclarecida? Há alguma coisa que a senhora gostaria de saber e que a gente pudesse saber?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não tive acesso ao relatório. Então, eu não sei o que consta ou o que não consta. Eu estou vivendo num estado de, praticamente, incomunicabilidade. Eu tenho acesso ao advogado pelo telefone e por uma vidraça, e só. Tenho um advogado em São Paulo, que não conseguiu se comunicar comigo desde que eu estou aqui em Brasília. É também um episódio muito nebuloso este de eu estar aqui, porque teria sido — sei tudo por alto... Não tive acesso à leitura de nada. Também não tenho nem certeza de nada.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Como é o nome do seu advogado, que está acompanhando a senhora hoje aqui?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Este é o Dr. José Eduardo Alckimin.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - E quem o contratou?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu. Em São Paulo é o Dr. Paulo Esteves. O Dr. Paulo é muito meu amigo. Foi a pessoa a quem eu recorri. E ele mesmo promoveu o ingresso do Dr. José Eduardo Alckimin para as questões que forem de Brasília.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Deputado, só um aparte na sua pergunta. Ela estava explicando uma parte, que ela disse que é nebulosa. Eu gostaria só que ela esclarecesse essa questão nebulosa na sua pergunta mesmo.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É, eu também gostaria de colocar isso, porque talvez seja uma questão que diga respeito a direitos humanos. Teria sido solicitada a minha vinda a Brasília em função de ameaças que eu estaria sofrendo na Custódia da Polícia Federal, em São Paulo. Isso é totalmente



improcedente. Na custódia da Polícia Federal, em São Paulo, eu não recebi nenhum tipo de ameaça, eu não senti qualquer tipo de problema quanto à minha integridade. Teria havido uma alegação dessa natureza para solicitar a minha transferência de lá. É nebuloso porque, se havia alguma ameaça, então estaria sendo perpetrado um delito. E é curiosíssimo, no mínimo, que o delito não tenha sido apurado. Que eu saiba, não houve nenhuma tentativa de apuração. E, que eu saiba, também não é a vítima que tem que ser punida, com o afastamento dela da sua família. Minha família é meu filho. Eu só tenho o meu filho como família, em São Paulo. Eu não o vejo mais e não posso vê-lo. Ninguém o traz para mim, e nem pode fazê-lo — deveria, mas ninguém o faz. E, se ele vier aqui, a única possibilidade de acesso que ele poderá vir a ter a mim é quando acabar a greve dos policiais federais. Um dia, se ela vier a acabar, ele poderá ter acesso a mim por um telefone, através de um vidro e por um tempo muito limitado. E eu, na figura de vítima dessa tal ameaça, é que acabei tendo uma punição.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas, em São Paulo, a senhora tinha acesso a seu filho e seu filho tinha acesso à senhora lá?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim. Uma vez por semana o meu filho podia entrar lá, como todos os outros familiares de todos os demais presos. Todos podem entrar e ter acesso físico aos familiares.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Nós vamos ver isso com a Polícia aqui. Deve ser uma estratégia de segurança, mas eu acho que, se lá tem, é possível que possa ter aqui também. Acho que a Comissão vai verificar isso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas quem vai trazer meu filho até aqui?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu acho que aí eles têm que dar um jeito.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe, Deputado. Quem vai fazer isso?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu acho que isso não é difícil. Mas eu não estou questionando a sua segurança, não se preocupe. Não estou discutindo onde é melhor ou onde é pior. Só estou dizendo que, se tiver essa obrigatoriedade,



não vejo problema. Acho que podemos tentar entender melhor por que a senhora veio para cá ou não. Mas eu acho que...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O Dr. Bellini, que seria a pessoa que estaria me ameaçando... Mas lá no recinto da Custódia ele nem poderia me ameaçar. Ele está praticamente morto. Ele anda se arrastando por lá, com um robe de chambre.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Mas não o menospreze, Sra. Norma.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, desculpe.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Não o menospreze. Eu só gostaria de fazer mais uma pergunta.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas, veja, ele foi tirado de uma clínica de loucos para ser preso na Polícia Federal. Se ele estava numa clínica... E, que eu saiba, queria voltar para ter tratamento, porque ele tem até incontinências, coisas assim... Essas notícias se espalham. O senhor sabe que da desgraça alheia todo mundo fica sabendo com muita velocidade. Mesmo na Custódia a gente ficou sabendo que ele não tinha condições de controle físico e necessidades primárias etc. Então, se ele, que foi tirado de uma clínica para ser preso, que estava numa clínica para recuperação de alcoólatras... por que ele não volta para a clínica, se seria ele a minha ameaça, e tenho eu que sair de lá para vir para uma distância tão grande? Eu acho nebuloso isso. Eu acho que há um corporativismo.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Deixe eu só me colocar, Sra. Norma. Eu quero dizer, primeiro, que nós estamos ouvindo sua... Como ouvimos tudo, a senhora está fazendo agora também uma colocação, que nos causa uma dúvida, e nós vamos ter obrigação de tentar esclarecer. Tenha a certeza de que nós o faremos amanhã, rápido. Hoje ou amanhã nós vamos atrás para poder entender. É claro que tem que haver uma justificativa. Se nós formos convencidos, nós vamos ajudá-la a resolver o problema de acesso ao filho de outra forma. Se não, vamos questionar por que isso está acontecendo. Mas isso não cabe à gente, aqui. Então, a senhora também está tendo o direito de falar, e nós também vamos ter a obrigação de tentar esclarecer. Eu queria só, para encerrar, colocar para a senhora duas coisinhas. Primeiro, por que esse Dr. Rossetto e a Rejane, na verdade, vieram



visitá-la? Havia um motivo? De que assunto vocês trataram lá dentro, nessa visita que eles fizeram, aqui em Brasília, à senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Nós não tivemos nenhum tipo de assunto que pudesse ser tido ou imaginado como suspeito. Eu posso falar absolutamente tudo. Ele trabalha na Custódia. Implantou lá um programa que é maravilhoso. Eu disse a ele que ele devia ir até à ONU com esse programa. É um programa de ressocialização, de ocupação das pessoas que estão na Custódia. Ele me contou ontem, por exemplo — vocês vão rir todos, porque eu ri quando ele me contou isso —, que ele tinha feito, na semana passada, lá uma Operação Cotonete. A Operação Cotonete foi passar o cotonete nas grades das celas para ver se elas estavam adequadamente limpas. E a todos aqueles que tinham as celas com pó na grade ele deu castigo, porque ele faz questão que tudo lá seja extremamente limpo, que as pessoas estejam ocupadas o tempo todo, que as pessoas tenham direito ao ar livre, que as pessoas tenham uma comida que ele mesmo possa comer. Ele faz questão de que aquela prisão que ele comanda seja a melhor possível, dentro das concepções filosóficas que ele adota para a vida dele, para a vida da família dele. Ele diz que o preso é uma pessoa privada da liberdade, só da liberdade e de mais nada, que o preso não tem que ser tratado como um ser inferior, que o preso não tem que ser tratado como um objeto descartável, como um lixo, como um animal. Enfim, ele me contou que esteve fazendo a Operação Cotonete, e eu ainda disse a ele que tinha um banheiro lá que estava com problema de um encardidozinho, e eu disse a ele para comprar Sapólio Radium fino para mandar fazer aquela limpeza, porque dona de casa sabe um pouco mais de limpeza do que diretor de presídio em geral. E ele veio ver as instalações daqui e chegou a ficar externamente constrangido pela diferença daquilo que ele faz lá e daquilo que ele viu aqui. Eu sei que ele executou um trabalho pioneiro no Acre, no tocante a presídios, e esse trabalho é elogiado no Brasil inteiro. E ele veio aqui visitar a Custódia, me visitou e ficou extremamente constrangido com a situação que ele viu, que eu estou sujeita a ela.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Acho que ficou esclarecido. Nós vamos também verificar isso. Agora eu quero, só para encerrar, dizer uma coisa, Sra. Norma. A senhora, de maneira muito gentil, respondeu às minhas perguntas.



Mas eu gostaria de fazer um último pedido. Veja bem, a senhora passou quase 3 anos tentando gravar conversas para incriminar o seu marido. A senhora estava moralmente ofendida, estava preocupada com a sua segurança, estava se sentindo humilhada pelo tratamento que ele estava dando ao seu filho, diferenciado do das filhas, e outras coisas, da situação que a senhora estava vivendo. Eu não quero nem discutir isso. E posso até imaginar o quanto a senhora estava sofrendo, mas nunca tive isso e não sei o tamanho dessa dor. Mas há uma coisa que eu gostaria que a senhora me ajudasse: a acreditar muito mais na senhora. Veja bem, a senhora, durante todo esse tempo, teve na sua casa 2 quartos de documentos, 2 quartos de processos, 2 quartos de informações e de um monte de coisa, que poderia tratar da vida do seu ex-marido, que poderia claramente dizer o que ele estava fazendo e o que ele não estava fazendo. Poderia claramente saber por que é que cópias de alguns autos de processo estavam lá e que nem eram dele, o que poderiam significar. A senhora tinha fitas na escada de um banheiro, na entrada. A senhora nunca teve a curiosidade, preocupada que a senhora estava de poder trabalhar e tentar até gravar conversa, de fazer contato com o Sr. César Herman para saber de investimentos, de tentar ir atrás do apartamento em que o seu marido foi morar, porque emprestaram para ele. Isso que eu não consigo entender. Eu jamais imagino um ser humano tendo essa sua posição. Aí, me coloca um pouco em xeque. Por isso, eu gostaria muito que a senhora nos ajudasse a entender de forma mais concreta. Nós estamos aqui entendendo a sua dor. Eu queria que a senhora entendesse um pouco o nosso desafio, a responsabilidade que nós temos de esclarecer, até para protegê-la, proteger a vida do seu filho, como a outra Deputada falou. É muita responsabilidade para estes Deputados quando convocam a senhora, ou a convidam, neste caso, para estar aqui servindo como testemunha, pelo que pode acontecer. Aumenta muito mais a nossa responsabilidade agora com a sua vida lá dentro dessa prisão e na vida que está tendo com seus familiares, porque nós podemos ser co-responsáveis de alguma coisa que a senhora venha a ter. Nós, Deputados, estamos discutindo como vamos poder fazer. Mas a gente precisa ter um voto da senhora, está certo? Se a senhora tinha toda essa dúvida... Quando a senhora fala do Carlos Rocha, seu ex-marido — do Rocha Mattos, desculpe-me —, a senhora coloca, na verdade, que ele era maravilhoso, que ele tratou de casos de



autoridades... A senhora só nos deu esse exemplo. A senhora não está colocando as dúvidas ou aquelas coisas que levaram a senhora a se envolver neste caso, como a senhora está nessas gravações até hoje. Então, eu queria que a senhora nos ajudasse, para que a gente pudesse estar ao seu lado nesta luta. Então, eu volto a insistir, para que eu possa confiar na senhora. O que é um pouco desse tudo? O que está nesse material? No que nós, da CPI, podemos ajudar? A senhora gostaria de ter uma conversa reservada com os Deputados depois, no final disto, para poder nos ajudar? A senhora tem alguma coisa que possa falar aqui, em público? Sinceramente, eu sou muito grato ao esforço que a senhora está fazendo. A gente sente, e isso é um grande exemplo para o País, porque as pessoas vão pensar mais em se envolver nesses problemas que estamos vendo, porque é duro e nada compensa para passar a dor que a senhora está tendo. Mas, para estar ao seu lado, eu queria que a senhora nos ajudasse. Eu queria que a senhora me desse alguma informação, que a senhora fizesse um gesto realmente de boa vontade. Então, eu gostaria de ouvir da senhora. A senhora gostaria de ter uma reunião depois fechada com os Parlamentares, só para bater um papo, para colocar um pouco mais por que a senhora está tão preocupada com algumas coisas? A senhora está com algum medo? A senhora está desconfiada porque veio para Brasília? Essas outras pessoas estão... Há alguma coisa em que a senhora realmente poderia nos ajudar? Aqui em público? A senhora gostaria de conversar conosco depois de forma reservada?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei, depende de evoluir um pouco isso. O Dr. João Carlos vai ter uma sessão com os Deputados. Eu soube que ele pediu. Foi a senhora que me disse, não é? Ele até pediu que gostaria de ter esta sessão. Eu acredito que ele possa ter muito maiores informações do que eu. Eu não era tratada como igual para ter acesso a informações. Então, não tive acesso a informações maiores. Busquei muito, busquei.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A Vanessa quer um aparte, eu gostaria de...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - É muito rápido, é sobre isso, Deputado Bispo Wanderval. D. Norma, a senhora já percebeu que nós aqui passamos por momentos mais tranquilos e momentos mais difíceis. Não é para a



senhora fácil tratar desse assunto. Agora, a senhora não pense que para nós, Parlamentares, seja a coisa mais fácil do mundo tratar também dessa questão. Eu pedi o aparte ao Deputado Julio Semeghini porque eu acho que ele entrou num ponto que é importante. Eu não quero aqui entrar na sua vida pessoal, como foi o seu relacionamento com o Juiz Rocha Mattos, o problema do seu filho. Eu sou mãe também, mãe de filho único, e sei o que significa isso na vida de qualquer mulher. Então, não quero entrar nisso. Vamos ver se a gente consegue desprender. É difícil, mas desprender dessas questões emocionais que tocam mais profundo. A senhora tem lido jornal ultimamente, eu imagino. A senhora sabe o que saiu na imprensa, o que foi divulgado do caso, não soube da Operação antes, mas depois, quando foi presa, quando viu objetos seus sendo retirados da sua residência, enfim, a senhora sabe o tamanho do problema que é.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe-me, Deputada, eu não tenho acesso a jornais. Eu não tenho acesso a material escrito.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas em São Paulo a senhora tinha. Não tinha informação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pouco.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas tinha. Pouco, mas tinha. Então, a senhora sabe...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Muito pouco. Em São Paulo, eu cheguei a ter muito pouco. Preso não leva vida igual a gente leva aqui fora. Preso fica trancado lá dentro da cadeia e não tem acesso. Preso não tem direitos.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas a senhora tem noção do que é esse caso, essa Operação Anaconda, não tem?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Fragmentos do que eu ouvi falar, colocações muito rápidas que os advogados fazem, superficiais.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas, além desses fragmentos, dessas informações que os seus advogados lhe passam, as pessoas que tiveram a possibilidade de visitá-la quando a senhora estava em São Paulo, isso já é suficiente, do meu ponto de vista, para a senhora ter noção do tamanho desse problema e do tamanho dessa operação. A imprensa tem divulgado, de forma muito freqüente até, D. Norma, que a senhora é uma pessoa muito importante nesse



esquema. O seu advogado já deve ter lhe dito isto. Tem divulgado que a senhora é o caixa dessa quadrilha, que a senhora tem uma função muito mais do que burocrática. A senhora é uma das mentoras. A senhora organiza, pega o dinheiro, redistribui o dinheiro, cuida absolutamente de tudo. A senhora há de convir que isso não é pouca coisa, D. Norma. Isso não é pouca coisa. Eu tenho uma opinião... Depois a gente vai voltar. Eu gostaria de falar sobre a sua transferência. Eu tenho uma opinião. Depois eu gostaria de falar. Mas a sua transferência inclusive tem a ver com isso. Pode não ser bom pessoalmente para a senhora. Mas, na visão da Justiça, é necessária essa transferência que foi feita de São Paulo para Brasília. Então, a senhora está sendo apontada como uma das principais pessoas e, mais do que isso, que tem um volume e um grau de informações enorme. Mas o que eu quero dizer com esta introdução é apenas uma coisa. A senhora trabalha com a sua consciência, a sua consciência é que a orienta. A senhora é uma pessoa jovem, uma pessoa que tem uma família, que tem um filho. Enfim, a senhora já pensou na possibilidade de se tornar uma colaboradora? Porque as provas que foram coletadas até agora não são qualquer coisa: são gravações, são documentos, são dados, fruto de quebra de sigilo, enfim, que envolvem juiz, desembargador, absolutamente tudo. Então, quando o Deputado Semeghini lhe fez uma sugestão ou lhe perguntou se a senhora gostaria de ser ouvida assim, de forma reservada, é porque nós achamos que a senhora pode contribuir, porque, se a senhora não contribuir, D. Norma, sabe o que vai parecer? Que a senhora faz parte desta engrenagem também. Que a senhora é parte.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas de que jeito?

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Pois é. Veja bem. A senhora tem medo. Gravou conversas, durante muito tempo, que tem medo, uma série de coisas. A senhora vivia com medo de ameaça, sabia que tinha coisa aqui... Então, a senhora sabe mais. Tem fitas falando de empresas *off shore* que são abertas e que depois são fechadas e que a senhora possivelmente fazia isso. Então, que a senhora pensasse...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Júlio Lopes) - Deputada...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Eu já vou concluir, Presidente. Que a senhora pensasse nessa possibilidade, D. Norma, para o seu



bem, para o bem deste País. Eu, por exemplo, quero lhe ver voltar aqui e dizer assim: *“Meu filho, fique neste País”*. Porque os americanos... Acho que os Estados Unidos não são o lugar mais seguro nem para o seu filho nem para qualquer pessoa deste mundo. Então, quero que a senhora confie e ajude a colaborar com este País, porque nós estamos procurando construir uma nação melhor, uma sociedade melhor. Se isso não for feito, a senhora vai ler que é parte integrante e uma peça muito importante na engrenagem. Acho que a resposta, não sei, é algo forte. A senhora não teria quer dar agora. A senhora teria que conversar com o seu advogado. A senhora teria que pensar. Mas eu entendo que seria muito importante que a senhora pudesse dar essa colaboração, passar as informações. Cá para mim — e aí vou emitir um juízo de valor —, eu acho que a senhora sabe muita coisa. Sabe muita coisa. Agora, por conta de medo, por conta de ameaça, como a senhora tem vivido nesses últimos anos, a senhora não tem se disposto a falar. Mas fica a proposta que o Deputado Semeghini fez e que eu procurei só reforçar. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Qual é a proposta do Deputado Semeghini?

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu já encerrei, Sr. Presidente. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Bispo Wanderval agora.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Quer que eu repita, Presidente? Quer que eu fale só da proposta?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Eu não a ouvi.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu tinha proposto à Sra. Norma, Presidente, que eu a tenho visto se esforçando bastante para estar aqui e tentar falar e tal. Mas eu sinto que ela tem mais coisa para nos ajudar, e eu sinto que ela precisa de ajuda. Eu sinto que são reivindicações que ela faz, e que esta Comissão aqui pode ajudá-la bastante. Eu tinha proposto que depois a gente fizesse, ou hoje ou depois, uma hora que ela achasse importante, convidar, convocar, ou senão fazer hoje ainda, uma sessão reservada para tratar de algumas coisas que eu sinto que ela não está muito à vontade de falar aqui em público. Então, foi essa proposta



que eu tinha feito. A Sra. Norma foi muito clara: disse que, no momento oportuno, se achar adequado, o faria. Então, a gente pode continuar a sessão e ela pensa até o final, e depois a gente volta a consultá-la novamente, se for o caso. Não é isso, Sra. Norma?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Bispo Wanderval.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Sr. Presidente, a Sra. Norma estava...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Ah, perdão, perdão. Desculpe-me.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Desculpe-me. Se eu vier a achar que existe alguma coisa que pode colaborar, eu vou me fazer entender no sentido de virmos a nos encontrar novamente. Mas eu, infelizmente, não tenho mais nada. Eu não conheço essa pirataria. Eu não sei disso. Se eu soubesse... Olha, eu bem que tentei buscar muito tempo, mas eu não tinha nenhum meio para investigar. Se eu fosse Anaconda, talvez eu soubesse mais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Bispo Wanderval.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Primeiro, eu gostaria de agradecer e concordar com a Dra. Norma em gênero, número e grau quando fala do tratamento que têm os presos da carceragem da Polícia Federal de São Paulo, sob o comando de um grande disciplinador, que é o Dr. Ricetti. Eu fui à carceragem e conheci esse trabalho de humanização. No País temos as nossas carceragens tendo os nossos presos como se fossem animais. A senhora tem razão quando diz do tratamento que tem o preso na Polícia Federal. O tratamento da Polícia Federal com os seus presos teria de servir de exemplo para o mundo inteiro. Realmente, os presos são humanizados e eles mesmos contribuem para fazer a limpeza e as outras coisas. Eu sou testemunha desse brilhante trabalho que faz o Dr. Ricetti junto à carceragem de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Bispo, eu também quero dar esse testemunho. Eu quero dar o testemunho, porque eu acho que o Ricetti faz um grande trabalho de humanização dentro da carceragem da Polícia Federal. Eu estive lá, acho que é um grande exemplo a seguir. Isso não quer dizer que um preso ou



outro não viole, não introduza telefone, essas coisas todas. Mas o sistema dele, eu estou de acordo. Acho que todos os Deputados estão de acordo...

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Deveriam conhecer esse trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - ...que a filosofia do Dr. Ricetti é excelente.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - É fantástico. E na medida em que os presos burlam toda e qualquer disciplina, esse preso é punido na forma da lei que tem lá na carceragem da Polícia Federal. Quem dera que todas as carceragens, já não digo nem dos grandes presídios que temos no País, mas das Polícias Federais... Eu não conheço a de Brasília, mas a de São Paulo eu conheço e é um tratamento humanitário para os presos. Dra. Norma, eu gostaria de saber da senhora, eu tenho aqui 3 perguntas, eu acho que vou seguir nessa mesma linha de raciocínio, pela boa vontade que a senhora teve de vir a esta Comissão hoje para prestar os seus esclarecimentos. A gente sabe que, a gente sabe, não, a gente percebe que a senhora tem alguma coisa que gostaria de falar e, talvez pelas ameaças e tantas outras coisas, a senhora não fez. E se isso não acontecer numa sessão reservada, eu confesso à senhora que nós, Parlamentares, iremos ficar um tanto quanto frustrados, porque, aí, a contribuição vai ser muito pouca. Eu pergunto à senhora: a senhora chegou a utilizar a placa que foi destinada, essa placa fria, já que outros juízes também tinham? Parece-me que a senhora também tinha uma placa fria. A senhora chegou a utilizar essa placa, Dra. Norma?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pois eu lhe digo que me causou assim a maior surpresa saber que estou denunciada por uso de placa fria num processo em que eu jamais tive qualquer tipo de participação. Eu quase cheguei à loucura de saber esse tipo de coisa, porque entrar num carro que está com placa fria não é usar placa fria.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - A senhora não sabia? A senhora utilizou o carro?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não é que eu não soubesse. Eu sabia do uso de placa reservada, eu sabia da cessão de placas, mas eu não sabia de placa fria, eu não sabia que existia um fato que viria a ser tomado



como delituoso posteriormente. E andei em carro com placa, vou chamar aqui de placa fria, porque é essa a denominação que está sendo dada, mas eu não posso de forma alguma ser responsabilizada por esse delito. Eu não tenho absolutamente nada a ver com isso. É uma perplexidade isso para mim. Até porque esse processo vem andando há anos e, de repente, depois da Operação Anaconda, eu virei agora até, sabe, uma pessoa que utiliza placa fria para andar de carro. É um absurdo isso.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - O.k. Dra. Norma, quem é Mariana Mendonça?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mariana Mendonça é ex-amante do meu marido. Meu marido, não. Meu então marido.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Ela era o quê? Uma estagiária?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ela foi uma estagiária da 4ª Vara e foi amante dele por 2 anos. Ela é casada. Ela chegou a desfazer um casamento, mas refez esse casamento com Carlos Chagas, Carlos Eduardo Chagas, ou algo assim. Desculpe-me, eu não tenho a precisão do nome do marido. Mora em Cuiabá e foi uma pessoa altamente destrutiva na minha vida.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - O.k. A senhora sabe se ela fez alguma denúncia contra o seu ex-marido aos procuradores estaduais?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu sei. Existe um processo por causa disso, mas não conheço o teor disso. Eu sei que é uma briga deles. Eu não sei do que se trata. O processo é sigiloso, e eu não tive nunca acesso. Eu sei que existe, mas eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Muito bem. Agora, deixe-me lhe fazer uma pergunta, e é a última, porque eu me sinto contemplado. A senhora já está há bastante horas aqui, e vários Deputados já fizeram muitas perguntas à senhora, mas eu gostaria de fazer uma última pergunta: quem é Mirtes?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mirtes é uma funcionária da Justiça Federal.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Qual era o papel dessa funcionária na Justiça Federal? Qual era o papel da Mirtes na organização? E colada a essa pergunta eu faço uma outra, sobre um diálogo da senhora que eu ouvi e vi pela imprensa. O que significa esse diálogo? Qual era o papel dela e o que



significa o seu diálogo com o juiz, seu ex-marido, no qual a senhora falou a frase — entre aspas — *“Você vendeu a Justiça para a Mirtes”*?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Bom, essa Mirtes é uma mulher que, há cerca de 10 anos, escreve cartinhas de amor para o João Carlos. Ele sempre disse que não tinha o menor interesse, que era uma pessoa gorda e feia, não sei o que, enfim coloca uma série de atributos negativos, mas ao mesmo tempo elogia a capacidade de trabalho e a inteligência dela, etc. E eu disse que ele vendeu a Justiça para ela, porque ela virou uma espécie de leão-de-chácara da porta dele, porque eu mesma não pude entrar lá algumas vezes.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Por quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Porque ela não permitia. E eu tive diálogos muito ásperos com ela. Fiz acusações levianas, admito, contra ela. E ela é uma chefe de gabinete ou um cargo equivalente.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Qual era o papel dela na organização?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não tem papel na organização, ela é funcionária da Justiça.

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Mas é muito forte a senhora dizer que chegou ao ponto de ele ter de vender a Justiça para a Mirtes. Então, ela tinha um papel...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É como se ela fosse a...

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - A todo-poderosa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A todo-poderosa, quem podia ou não abrir uma porta para que eu pudesse entrar ou não. De repente: *“Ele não pode lhe atender”*. Mas eu tenho coisa urgente para falar. *“Mas ele não pode lhe atender. A senhora, por favor, se retire.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - O.k.?

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Pois não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Terminou?

**O SR. DEPUTADO BISPO WANDERVAL** - Eu me sinto contemplado. Essas seriam as minhas perguntas. Obrigado, Dra. Norma.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Bispo Wanderval. Josias, alguma pergunta?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - D. Norma, em 1977, houve em São Paulo uma apreensão de um carregamento enorme, de uma carga enorme de contêineres, mil, duzentos e poucos contêineres, de material possivelmente contrabandeado, e esse material pertencia ao Law. O desembargador, à época, liberou essa mercadoria, essa carga enorme, o Desembargador Teotônio da Costa, que tinha relação com Rocha Mattos e com outras pessoas desse grupo. A senhora sabe de algum fato relacionado a esse episódio que possa ter influenciado nessa liberação da mercadoria? Por que isso se deu de maneira tão fácil, sendo inclusive os delegados até indiciados em processo? A senhora conhece esse episódio?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Estou tomando conhecimento disso aqui. Não tinha...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não ouviu falar?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, nem ouvi falar.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Uma apreensão de 1.260 contêineres em São Paulo, de material contrabandeado...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O senhor disse em 77?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Em 97, 97.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Em 97?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Isso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Não se lembra? Não tem informação nenhuma sobre...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Absolutamente nenhuma.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** -... o desdobramento desse caso? A senhora conhece o Delegado Alexandre Morato Crenitte?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu ouvi bastante falar dele agora, nesse episódio do Dr. Ali Mazloum e do Ari Natalino. Mas conhecê-lo... Talvez eu possa ter encontrado alguma vez em alguma solenidade, alguma coisa...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Mas não se recorda?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas eu não me recordo.



**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - E com relação ao Ari Natalino, ele dava alguma contribuição para esse grupo? Ele chegou a comprar alguma sentença alguma vez? Enfim, qual era a relação dele com o Rocha Mattos e com essas pessoas de todo esse grupo? O Ari Natalino, aquele dos combustíveis.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então, eu ouvi falar desse senhor que estava no hospital. Senhor, a gente tem de chamar de senhor, não é?

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - É.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Quando ele estava no hospital e que seria uma perspectiva muito boa para uma advocacia, enfim, para alguma coisa, segundo o César Herman.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Sim.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas eu não sei nem se o César conhecia o Natalino ou não. Ele disse que a pessoa que pegasse esse tipo de advocacia ficaria milionária, porque era um caso gigantesco e o homem estava no hospital e que, talvez, quem pegasse isso pudesse se aposentar e ficar só com isso o resto da vida. Mais nada.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - O César fazia essa referência ao Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, ele falou que o advogado que pegasse essa causa...

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Mas ele falou para quem, o César?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Falou para mim.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Para você, não é? Então, como ele intermediava as situações, ele via ali uma grande possibilidade de um fato, de uma... para advogado resolver uma...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele disse para mim, de uma forma genérica, que essa questão seria um episódio lotérico na vida de um advogado; que era uma questão tão grande, era uma questão tão gigantesca que seria uma advocacia para a vida inteira de alguém. Mas foi uma referência genérica, nada específico.

**O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL** - Tá bom. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Deputado Júlio Lopes e a última, Deputada Vanessa. Você também quer falar? Então, há mais quatro inscritos.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Nós temos o registro de uma gravação telefônica entre a senhora e o Agente César Herman, uma gravação de 11 minutos. Esse agente estava, pelo que se noticiou na imprensa e pelas informações que nós temos aqui, construindo um enorme prédio em São Paulo, de cerca de 20 andares. Eu gostaria de saber se a senhora tem informação sobre isso. E ainda: a senhora diz no telefonema a esse César Herman, que, no caso, estava reclamando com a senhora dos maus-tratos que recebia do João Carlos, dizendo que o João Carlos não o ajudava, que infelizmente ele era muito amigo, tinha feito muitos favores ao João Carlos e que não era correspondido igualmente, a senhora responde a ele dizendo assim: *“Ele não lhe ajuda porque você não é o Luiz Estevão”*. Luiz Estevão, ex-Senador cassado, do caso do Juiz Lalau. Eu queria saber com que base e com que fundamento a senhora fez essa afirmação e se a senhora tinha conhecimento realmente dessa riqueza do Agente César Herman.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - No tocante a esse edifício, eu acho que esse edifício não é dele, é de um senhor que tem uma agência, uma não, diversas agências de carros, e que ele ajuda a construir isso, que ele até se ufana dizendo que é dele, porque ele gosta, é meio megalomaniaco, gosta de aparentar muito. Mas eu acho que esse...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - A senhora sabe o nome desse senhor? A senhora tem o nome desse senhor?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sei que ele tem algumas agências de carro lá em São Paulo, da Chevrolet, GM.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Era muito importante, mesmo se a senhora não lembra agora, que a senhora depois pudesse dar esse nome dessa pessoa, porque essa é uma contribuição que a senhora pode dar, importante.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E, no tocante a Luiz Estevão, eu puxava esses nomes todos da imprensa, esses piores nomes, para fazer insinuações e alusões as mais maldosas possíveis mesmo. Eu fui uma pessoa que passou por maus bocados dentro da ruptura desse casamento. Eu tentei me vingar. Não consegui muito, porque quem está sofrendo sou eu agora.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Eu só queria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - A senhora pretende o quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse: eu tentei me vingar, mas, pelo jeito, quem está sofrendo ainda mais com isso agora sou eu. Quer dizer, não deu nada certo, eu querer me vingar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Aproveitando, aí, que a senhora está mais calma, eu queria voltar àquela questão da fita, que a senhora disse que poderia correr risco de vida. De fato havia aquelas fitas? Levaram as fitas? Era a isso que a senhora estava se referindo? A senhora de fato viu ou ouviu as fitas? A senhora pode, agora que está mais calma, falar sobre isso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu invoco o meu direito de permanecer em silêncio também desta vez, excelência. Desculpe-me.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Perfeito. Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Lopes. Deputada Vanessa Grazziotin.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - D. Norma, a empresa IR Projects?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não sei do que se trata.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora não sabe dessa empresa, IR Projects? Não?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Não sei, não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Teve alguém... O Affonso Passarelli é um advogado, tem um escritório. A senhora disse que não é ele o seu advogado. O seu advogado é a Regina, que é do...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A Regina, que trabalha nesse escritório, é que advogou para mim para formalizar a separação. Formalizar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E o que mais que foi feito através do escritório desse Affonso Passarelli para a senhora? Porque nós temos informação de que foram capturados, apreendidos boletos referentes a despesas de imóveis que a senhora possui no exterior, nos Estados Unidos, e que nesse escritório de advocacia foi feita uma ação para livrar um desses seus imóveis de leilão.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. Não tenho nada a ver com o Affonso Passarelli. A única coisa que eu tenho a ver com o Affonso Passarelli é a Dra. Regina, que eu contratei. Essa informação de que a senhora dispõe...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas a Dra. Regina atuou em alguma causa para a senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. A Dra. Regina só atuou para mim nessa questão.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem é o Seu Roberto Fujihara?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Roberto Fujihara é um auditor da Receita Federal.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Amigo seu ele?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não? A senhora se lembra de uma conversa no telefone com o Juiz Rocha Mattos, dizendo que tinha trocado 100 mil reais por 38 mil dólares e perguntando ao juiz se era para dar...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu tinha feito pesquisa de valor de câmbio.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas na conversa inclusive a senhora fala, pergunta se é para entregar mesmo para o Casem e para a Adriana.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu pergunto, sim, eu faço uma série... Eu sempre fiz essas perguntas.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E a senhora pagou esse dinheiro para o Casem e para a Adriana?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, não. Eu sempre fiz essas perguntas, sempre coloquei às pessoas...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Tudo bem, a senhora fez a pergunta tentando pegá-lo em alguma coisa. Mas a resposta dele foi sim, isso, troque, dê o dinheiro para o Cassem Mazloum e para Adriana Pileggis.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pois é, mas ele me pediu para fazer o cálculo de quanto seria o câmbio.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Sim, D. Norma, o cálculo é uma coisa. Houve isso, quer dizer, você troca 100 mil reais por dólares, que vai dar, Medeiros, 38 mil dólares, exatos 100 mil reais. E a senhora perguntou: “*Mas é para entregar parte para o Casem e outra parte para a Adriana?*” Ele falou: “*Sim, entregue a eles*”.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Mas eu não toquei nesse dinheiro e não fiz essa entrega.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - O Sr. Roberto Fujihara o respondeu com algum processo? Ele teve algum problema na Receita Federal?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Teve e parece que está tendo mais um.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Está tendo mais um, é verdade. E a senhora disse mesmo que Adriana estava com esse Roberto na loja, comprando um automóvel por telefone? A senhora falou para o Juiz Casem que teria visto. A Adriana, a senhora sabe quem é?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu sei, eu sei. Estou tentando me lembrar.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - É amiga?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, minha não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora faz Imposto de Renda para algumas pessoas?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Para essas pessoas, não. Mas já fiz exame de situação tributária geral para muita gente.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E para o Herman, a senhora fez Imposto de Renda?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Para o Rocha Mattos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Também não.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Para essas pessoas a senhora nunca fez? E o Paulo Maluf, a senhora já falou alguma vez com ele?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O Dr. Paulo Maluf, tive ensejo de conhecê-lo em setenta e nada, quando meu ex-marido viajou com ele para a França,



para a cidade de Verdin, para fazer pesquisa de usina de fabricação de casas populares. Até traduzi o material todo que veio, o material técnico. Tínhamos, à época, uma empresa chamada Cunha Braga Comercial e Construtora Ltda. Naquela época, conheci o Sr. Paulo Maluf, *en passant*.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Por que numa das conversas com o juiz a senhora teria dito a ele que havia recebido um telefonema do Sr. Paulo Maluf?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É verdade, eu disse.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - A senhora recebeu?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. É verdade que eu disse a ele que recebi, porque li na imprensa que havia uma medida protetória do Roberto Haddad para fazer benefício ao Paulo Maluf. Então, disse ao João Carlos que Paulo Maluf tinha ligado lá para casa para pedir isso.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas não era verdade, era tudo invenção?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não era verdade, infelizmente. Bom seria se fosse verdade, porque vocês sairiam com alguma coisa mais palpável.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Quem é Fausto Solano?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Fausto Solano é uma pessoa que esteve num inquérito, acho que dos precatórios da Prefeitura de São Paulo. Sempre falava, Fausto Solano, Orestes Quércia, toda essa gente.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Por que ele não respondia? Veja bem, se alguém me liga, fala de assuntos que desconheço, principalmente assuntos sérios, assuntos graves, qual seria a minha reação aqui do outro lado? Você está doido? Sei lá disso. Não, a senhora jogava essas coisas e ele respondia: *“Não entrego o dinheiro. Por que fechou minha off shore, porque fechou minha empresa?”* Aí a senhora dizia: *“É mais barato fechar e abrir outra do que manter aquela que está na mão de um vagabundo, para quem você tem que pagar tanto dinheiro”*. Então, como a senhora explica isso, D. Norma? A senhora tem que explicar para a gente. Estamos tentando a todo momento deixá-la tranqüila, fazer uma sessão tranqüila. Mas a senhora tem que falar, porque, quando alguém fala



qualquer assunto despropositado no telefone para mim, eu digo: sei lá disso, sei lá quem é fulano, não participo, não sei de nada. Mas, não, era natural.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele ria de mim.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não, ele não ria, ele se irritava com a senhora, por exemplo, em momentos em que dizia: *“Aquele off shore eu fechei”*. *“Mas por que você fechou a off shore? Eu ia colocar em nome dessa off shore um apartamento que ganhei do Fausto Solano, lá no Uruguai, que ganhei dele.”* Aí a senhora disse: *“Não, é porque é mais barato, é mais econômico. Fecha aquela e coloca em outra”*. Mesmo porque aquela *off shore* está no nome de uma pessoa que a senhora denominou, pelo menos ao telefone, de vagabundo. E várias outras coisas: conta no Vaticano, prestação de contas para...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então, essa história de conta no Vaticano...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas é isso que estou tentando lhe dizer, D. Norma. As coisas que pesam contra a senhora não são poucas nem pequenas. Elas têm um nível de gravidade muito elevado. Então, ou a senhora opta por colaborar com a CPI e com a Justiça, enfim, ou a senhora é parte importante naquilo que a imprensa está dizendo: é um grupo de pessoas que usa o poder que tem para favorecer contrabandistas, para favorecer... Por exemplo, o apartamento, residências que foram compradas pela senhora e pelo Juiz Rocha Mattos nos Estados Unidos foram vendidas por um cidadão chamado Lincoln Mota. Esse cidadão foi preso, teve a aeronave dele retida no aeroporto de Congonhas, porque estava transportando material contrabandeado. Esse processo foi pego na sua casa. O advogado dele, por coincidência ou não, é Carlos Alberto da Costa Silva, onde mora o Juiz Rocha Mattos, que é o procurador da *off shore* que é dona do apartamento do Juiz Rocha Mattos, que a senhora está dizendo que deve ter parte nele. Se é dele, é seu também. O advogado é esse Carlos Alberto da Costa Silva. O processo desse cidadão, desse Lincoln Mota, na 2ª Vara Criminal de São Paulo, a Vara do Rocha Mattos. Ou seja, não adianta a senhora querer achar que vai convencer...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, a dele é a 4ª Vara.



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Então digitei errado. Que a senhora vai convencer, D. Norma, qualquer um de nós, dizendo que a senhora, para tentar pegar, a senhora tentou se vingar, porque se separou dele, e aí falava besteira. E acha que nós vamos comprar essa sua versão. Porque uma pessoa não fala besteira e a outra não diz sim, entregue, faça, não briga porque fechou uma empresa. Então, são mais de 30 contas, nós temos notícias, de documentos de contas bancárias no exterior que foram pegas no seu apartamento. É muita a sua movimentação bancária. Isso não foi pego na Anaconda, não. É muito, são 900 mil, 800 mil reais num banco. A senhora tem conta em quantos bancos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Tenho conta no Banco do Brasil.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E no BIC?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - No BIC não tenho mais.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Mas tinha. Não tem desde quando? Há quantos meses a senhora não tem mais?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que há uns 2 anos.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Há uns 2 anos? Em 1999, a senhora movimentou no BIC mais de 630 mil reais. Em 1999, no BIC.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Deve ter sido dinheiro que saiu do Banco do Brasil, foi para lá porque o rendimento era melhor e depois voltou.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não, porque em 1999 não tinha esse dinheiro no Banco do Brasil, não tinha esse volume de dinheiro no Banco do Brasil. Então, D. Norma, não pense que a senhora vai achar que estamos sendo...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu coloquei o valor da venda, da anuência da venda de imóveis.

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - E por que não declarou à Receita Federal isso, D. Norma? A senhora é auditora aposentada da Secretaria da Receita Federal. Nem um leigo tem o direito de cometer esse tipo de irregularidade. Mas a senhora é uma auditora, não é uma leiga, e não declarava. As pessoas sérias, D. Norma, que fazem tudo direitinho, declaram tudo o que têm.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Então, a senhora está dizendo que eu não sou uma pessoa séria?



**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Não, não, não. Não disse isso em nenhum momento, D. Norma. Não disse, que até por descuido uma vez ou outra... Não estou fazendo qualquer juízo de valor. Pelo contrário, estou, desde o começo até agora, e vou continuar, pedindo e sugerindo à senhora. Pedindo, não, pois não tenho esse direito, sugerindo — dizem que conselho, se fosse bom, era vendido, não era dado — que a senhora colabore, que diga tudo o que a senhora sabe, e a senhora sabe muito. Do contrário, a senhora vai continuar a ser tratada não por nós, mas pela Justiça, e a imprensa nada mais faz do que divulgar tudo aquilo que a Justiça pega, os levantamentos das investigações, como uma peça-chave nesse grande esquema de desvio de dinheiro de pessoas que usam seu poder para facilitar a vida de contrabandistas, D. Norma. Então, eu acho, Deputado Medeiros... Nós passamos a tarde inteira aqui, na tentativa, acho que a senhora foi muito digo até solícita perante esta CPI, porque muitos nem falam, mas a senhora precisa falar, porque não adianta falar, falar e não dizer nada, e não dizer nada do que sabe. A maior prejudicada com isso é a senhora, D. Norma. Se de fato a senhora está sendo sincera, se a senhora não tem nada a ver com esse esquema, se esse dinheiro é seu mesmo, cometeu descuidos porque não declarou à Receita Federal, mas a sua situação é essa, então a senhora tem que falar, porque é a única forma de a senhora sair da condição em que está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin. Deputado Rubinelli, por favor. Peço aos Deputados que abreviem.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Sr. Presidente, queria ser rápido, se V.Exa. permitir, só para acabar. Eu encerro e vou ter que sair. Permita-me, Rubinelli, é uma pergunta só, na linha do que a Vanessa colocou. Sra. Norma, a senhora falou da história de abrir conta no Vaticano, essas coisas. Na verdade, é o seguinte: foi encontrado um bilhete, e esse bilhete estava se referindo a isso. O bilhete existe. Não era porque a senhora inventou, porque a senhora estava querendo se vingar do seu marido. Então, como é que esse bilhete apareceu? Quem é que fez esse bilhete? Quem é esse italiano? Está certo o que a imprensa diz? De onde saíram esses 70 mil reais? Quem é essa Norma que é citada? Se não é a senhora, é outra? Então, a senhora poderia nos dizer com esse detalhe, por favor? Porque esse é um



caso que a senhora não fez vingança. Esse é um caso que existiu concretamente, porque há um papel com a letra de alguém. A senhora poderia, então, por favor, esclarecer o caso que a Deputada Vanessa Grazziotin colocou?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Claro, claro. A pessoa que fez essa proposta de abertura de conta no Vaticano se chama Jean Carlo Nardi. E ele me fez essa proposta não só como uma proposta pessoal, mas como uma proposta profissional. Segundo ele, ele detinha as possibilidades de trabalhar com esse tipo de intermediação por pertencer ao Vaticano, a um conselho lá do Papa, e que as contas no Vaticano eram numeradas, eram sigilosas, etc. Então, se alguém quisesse investir dinheiro fora do País, podia fazer através dele. Isto aqui está ligado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Está ligado. Pode falar, D. Norma.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É que ele havia perguntado... Então, esse senhor ofereceu essa prerrogativa a mim, como a qualquer outra pessoa de São Paulo. Ele oferecia também passaportes italianos para os *oriundi* por ligações que teria com o Consulado italiano. Eu vim a saber que esse senhor é um estelionatário, é uma pessoa envolvida em inúmeros problemas. Ele oferecia até amizades, ou supostas amizades com membros do Poder Judiciário de São Paulo para soluções de outros problemas. Então, esse senhor, Jean Carlo Nardi, que chegou até a ir a minha casa acompanhado de um padre, com toda uma aura de pessoa decente, honrada, na verdade, não passa de um estelionatário. Eu cheguei a conseguir dele, para entregar à Justiça — mas não consegui tempo hábil para isso, porque ele tem um processo em andamento naquela delegacia da Rua Estados Unidos, em São Paulo, por uso de chapa fria —, eu consegui dele 2 conjuntos de chapas consulares falsificadas, que ele vendia e oferecia para as pessoas. Então, esse Jean Carlo Nardi foi a pessoa que escreveu esse bilhete para mim, oferecendo essas prerrogativas.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Só para encerrar, então, na linha do que a Deputada Vanessa Grazziotin tinha falado, a senhora citou *off shore*. A senhora é uma pessoa inteligente, a gente vê, tem uma boa formação, passou em concursos difíceis, que muitos brasileiros tentam e não conseguem, é agressiva empreendedora, foi cuidar até de garimpo, e aqui não há nada, há só mérito nisso. E



a senhora, quando fala com seu ex-marido, com o Juiz Rocha Mattos, até o chama de idiota, por se tratar de um negócio de *off shore*, daquela história de ter pago 12 mil dólares quando podia fazer com 4.500. Quais as *off shore* de que a senhora participa ou participou? Por que a senhora conhece com tanto detalhe essa *off shore* que a Deputada Vanessa Grazziotin perguntou e a senhora citou? Eu acabei de dizer agora há pouco de uma *off shore*, que, na verdade, é proprietário do apartamento em que o seu ex-marido mora, e a senhora me disse que está tentando saber. Está vendo? Essas são as coisas que realmente têm-nos preocupado e que a Deputada Vanessa Grazziotin colocou. A gente precisa de informações, da mesma maneira como nós estamos colocando. Então, explique um pouco melhor só esse diálogo da senhora com o Rocha Mattos sobre essa história da *off shore*. E que outra *off shore* a senhora... Eu queria que a senhora mesma falasse pessoalmente: a senhora é sócia ou não? A senhora tem participação?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Olha, eu cheguei a adquirir uma *off shore* chamado Luz e Vida. Eu pretendia, através dele, angariar recursos para futuramente me dedicar a uma obra social, conseguindo inclusive recursos internacionais. Mas essa *off shore* nunca fez nada, absolutamente nada.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Quanto a senhora pagou por essa *off shore*?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu acho que foram 4 mil dólares.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - A senhora tem recibo da compra dessa *off shore*? A senhora deu dólar por fora? Houve algum pagamento? Nada?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não. A documentação é uma espécie de um diploma, é um papel com desenhinho. Ela está lá em casa e foi apreendida. E pode ser averiguado que nenhuma operação em nome dessa *off shore* foi feita.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Eu gostaria só, agora, para encerrar de verdade — e peço desculpa ao Presidente —, mas quais foram todas as empresas, em ordem cronológica, de que a senhora é ou foi sócia, por favor? A senhora se lembra?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu fui sócia lá em Mato Grosso da Empresa Rich Comércio e Representações Ltda.



**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Só dessa? Loja também?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E depois em São Paulo. Pois é, a loja lá de Cuiabá.

**O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI** - Só essa loja?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E depois eu fui sócia da Rich de perfumaria, em São Paulo. Mas durou pouco tempo essa segunda empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Rubinelli, por favor, porque nós estamos encerrando. Só lembro o seguinte: a senhora não acha estranho — porque quem faz obra social é ONG —, a senhora não acha estranho uma *off shore* fazendo obra social? Abrir uma *off shore* para fazer obra social? Não é muito mais fácil abrir uma ONG para fazer obra social?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim. Veja, para poder angariar recursos internacionais é mais fácil ter uma *off shore* do que uma ONG. Porque uma ONG aqui o senhor sabe quanta coisa necessita para fundar, quanto tempo, quanta romaria, através de órgãos e mais órgãos, burocraticamente falando. Quanto tempo leva para se estabelecer uma entidade dessas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Não, tudo bem. É a primeira vez que eu vejo alguém abrir uma *off shore* para fazer obra social. Deputado Rubinelli.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sra. Norma, o Sr. Jean Carlo havia pedido para a senhora um favor, num bilhete. Qual era o favor?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não tenho idéia, porque esse homem, se vocês tiverem oportunidade de conhecer, ele é tão confuso, ele é tão maluco...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Não, perdoe-me. A senhora pediu um favor a ele. Qual favor a senhora pediu a ele? A senhora não havia pedido a ele que a senhora queria abrir uma conta e que a senhora teria enviado 70 mil reais para ele abrir essa conta para a senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não, senhor. Eu nunca fiz nenhuma transação financeira com o Sr. Jean Carlo. Isso só pode ser um mal-entendido. Não existe.



**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - A senhora não pediu também para... Ele não pediu para a senhora, depois, que a senhora visse com um cidadão de nome Sandor para que ele trocasse um cheque para ele, no caso, de 15 mil dólares?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, ele me pediu isso, mas eu não fiz isso.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Certo. E, coincidentemente, esse doleiro, que é o Sandor, ele é advogado... Não, o doleiro Sandor intermediou o pagamento de taxas de imóveis da senhora nos Estados Unidos. Isso é verdade?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É um imóvel cuja escritura ainda foi passada para o comprador.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Então, isso é verdadeiro. E a irmã do Juiz Rocha Mattos é advogada de Sandor numa ação no TRF da 3ª Região? Isso procede também?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A irmã dele é Auditora da Receita Federal. Ela não é advogada.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ela está fazendo algum trabalho para ele ou advogando para ele de alguma forma, não como advogada, mas, digamos assim, defendendo os interesses dele de alguma forma? Qual é a relação de Vera Cristina com...

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A Vera Cristina não é irmã do João Carlos.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ela é o que de João Carlos?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ela é sobrinha.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Ela é sobrinha. E ela não é advogada?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ela já foi advogada.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Porque a informação que eu tenho é de que ela advoga para o Sandor numa ação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Uma ação que teve origem justamente na 2ª Vara, onde Rocha Mattos era juiz. Então, é uma série de coincidências, a senhora não acha? Da 4ª Vara.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - É a 4ª Vara.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Isso, 4ª Vara.



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - A Vara de titularidade do Dr. João Carlos. Mas eu não sei se essa ação tramita ou tramitou na 4ª Vara. Eu acho que tem que ser pesquisado no computador da Justiça para verificar isso. Eu não sei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mais uma pergunta para a senhora: a senhora tem parentes no Líbano?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Para quem que a senhora ligava no Líbano?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu devo ter ligado para o Líbano umas duas, três vezes, para algum amigo que estivesse lá, algum namorado.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas é uma coisa atípica, diferente, ligar para o Líbano. A senhora não lembra para quem a senhora ligou no Líbano?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu estou lhe dizendo que não é para parente. É para...

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sim, mas para quem?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele se chama Toni.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É um namorado da senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Isso. E, se o sigilo for devidamente rompido, vai se ver que pode ter duas ou três ligações, no máximo, de uma viagem.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Seria, então, esse Najun Turner?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - E quem é Najun Turner?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Najun Turner é uma pessoa extremamente conhecida no cenário nacional, que foi aquele senhor envolvido na Operação Uruguai, do Presidente Collor.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - É amigo da senhora?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Ele passou a ser uma pessoa das minhas relações há cerca de 1 ano e meio.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Mas como amigo? Essas relações são profissionais ou como amigo? Que relação é essa?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não são profissionais, não, senhor. São pessoais.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - São relações de amizade, pessoais.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Pessoais.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Certo. Eu queria finalizar, só sugerindo... primeiro eu queria fazer uma observação e dizer que a senhora é uma pessoa extremamente inteligente. Acho que, de todas as pessoas que nós da CPI ouvimos, acredito, na minha opinião, que a senhora é a pessoa mais inteligente de todas as que nós ouvimos até agora. Talvez até, comparada assim, um pouco assim da sutileza, do ponto de vista de responder às perguntas, à sutileza de Law Kin Chong. Mas é uma pessoa extremamente culta e inteligente a senhora. Só que a senhora sabe que tem uma série de evidências, uma série de gravações, uma série de provas que a Justiça... da senhora. Um brilhante advogado, uma pessoa... um grande profissional, diga-se de passagem, também sabe que existe uma série de coisas. O que nós aqui da CPI falamos para a senhora, e eu quero reiterar, é que seria extremamente importante que a senhora nos ajudasse, para que nós, junto com os Procuradores, tentássemos beneficiar a senhora com uma lei que foi votada nesta Casa, que é uma lei de combate ao crime organizado, que as pessoas que colaboram voluntariamente têm uma série de benefícios, reduções de pena ou mesmo até isenção do cumprimento de pena. Então, eu acho que a senhora poderia depois ponderar com o seu advogado e, se for o caso, procurar o nosso Presidente, o Medeiros, os membros da CPI, para que nós pudéssemos intermediar essa discussão com os Procuradores. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado. Deputados, nós estamos realmente esgotando o tempo.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Um minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sandes Júnior, por favor, o penúltimo.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Dra. Norma Regina, a senhora praticamente respondeu a tudo. E, quem fica por último, como eu fiquei na inscrição — é culpa minha, eu me inscrevi por último —, não sobra mais nada para perguntar.



A senhora já expôs aí sobre todos os assuntos, um questionário muito longo, com quase 100 perguntas, só me resta perguntar para a senhora por que foi presa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Porque a Dra. Terezinha Cazerta decretou a minha prisão.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Mas por que a senhora acha que ela decretou a sua prisão?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei. Eu fui surpreendida com a minha prisão, com o decreto da minha prisão.

**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - A senhora já tinha medo de ser presa antes da decretação dessa prisão, em decorrência de tudo isso que a senhora colocou aqui?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei porque fui presa. Eu não estava esperando pela circunstância de ser presa, eu não sabia da Operação Anaconda. Eu fui presa por decreto da Desembargadora, no mesmo momento em que a Operação Anaconda foi à minha casa e desnudou meu filho menor, debaixo de metralhadora, o que também constitui uma violação de direitos infantis, que é bom que fique consignado aqui, porque essa questão será levada ao Governo americano, assim que eu tenha melhores condições. O meu filho, criança de 12 anos, foi obrigado a se despir debaixo de metralhadoras, quando foi deflagrada a Operação Anaconda. Ao mesmo tempo...

**A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN** - Por que a senhora não se mudou para os Estados Unidos antes, D. Norma, e não fazia lá tudo isso que a senhora fazia aqui? Porque o seu filho nasceu nos Estados Unidos, eu sei, inclusive por sugestão dessa pessoa que vendia os apartamentos, que foi presa no Brasil trazendo contrabando. Já que a senhora tem tanto problema com o País, com a Justiça brasileira, por que a senhora já não foi fazer isso tudo que a senhora fazia aqui nos Estados Unidos? Será porque lá não tem impunidade para esse tipo de coisa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu estava mencionando, Excelência, uma circunstância da ocasião da minha prisão.



**O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR** - Dra. Norma, só para encerrar, a minha pergunta só foi essa. Então, a senhora tem certeza absoluta da sua absolvição?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim. Eu espero por ela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado. Última pergunta. Rapidinho.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Deputado Medeiros, eu não vou tomar tempo. Só quero indagar uma coisa: alguém falou para a Dra. Norma que ela é testemunha? Ela está ciente de que está aqui como testemunha? Ela está ciente disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sim, sim. É que o senhor não assistiu. Já foi discutido.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - E ela está ciente de que mentir aqui significa perjúrio?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Sim, claro.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Ela sabe disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Claro.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Então, eu quero saber só o seguinte: a senhora acredita que as gravações que foram apresentadas na imprensa pela Polícia Federal são verdadeiras?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Talvez a gente peça perícia.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Não, eu não perguntei se a senhora ia pedir perícia. Eu perguntei se a senhora acredita que é verdadeira ou não.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não conheço todas as gravações. Eu não posso afirmar sobre aquilo que eu não conheço.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Tá certo. Agora, só outra pergunta aqui para a senhora. Deputado Medeiros, eu não vou me alongar, é coisa simples. Quando foi que a senhora percebeu que o Dr. João Carlos da Rocha Mattos vendia ou trocava decisões judiciais por favores pessoais ou até dinheiro?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não percebi isso. Eu queria, a todo custo, saber disso.



**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Mas a senhora aqui, numa das escutas, a senhora diz aqui: *"Afirmou que você vendeu a Justiça para a Mirtes"*. A senhora afirma isso para o Juiz.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Sim, eu falei isso e já justifiquei o que foi isso.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Não, eu não quero que a senhora justifique o que os outros perguntaram. Eu perguntei primeiro se a senhora acredita que as escutas eram verdadeiras. Essa é a minha pergunta. Em cima dessa pergunta, se a escuta é verdadeira, eu estou afirmando que nessa escuta a senhora falou isso.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - E eu falei mesmo, eu falei mesmo, Excelência. Talvez o senhor estivesse ausente.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Estava ausente. Exatamente.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu disse que a Mirtes...

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Mas a senhora percebeu a pergunta que eu fiz? A primeira pergunta que eu fiz foi a seguinte: quando foi que a senhora percebeu que o Dr. João Carlos da Rocha Mattos vendia ou trocava decisões judiciais? Porque, para a senhora afirmar isso aqui na escuta telefônica, é porque a senhora sabia que ele vendia ou trocava.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu dizia, nesse telefonema, que ele tinha vendido o espaço para a Mirtes, porque a Mirtes não tinha permitido o meu ingresso...

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Espaço de quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - ... na sala dele.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Mas espaço de quê?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - O espaço físico, senhor. Os metros quadrados do espaço que ela ocupava na ante-sala dele e que não me permitiu adentrar o recinto. Eu perguntei se ele vendeu, se ele passou escritura pública para ela.

**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Espaço físico?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Para eu não ter a possibilidade de ingresso.



**O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO** - Eu vou encerrar aqui. Eu vou falar só uma coisa para a senhora. Eu sou experiente em CPI. Conforme a senhora está aqui hoje falando eu já encontrei diversos. E vou falar para a senhora o caminho que eles tomaram: 3 coronéis da Aeronáutica, 17 anos de cadeia; Hildebrando Pascoal, 18 anos de cadeia; Deputado Estadual lá do Maranhão, 18 anos de cadeia. Tudo com essa conversa mole. Isso aqui não engana ninguém. Essa conversa que a senhora está falando aqui para nós, Deputados, nesta Comissão, comparada com o que nós ouvimos de escutas telefônicas — eu não ouvi em particular, eu só ouvi na imprensa, como todo mundo aqui ouviu —, se eu comparar aquilo com isso que a senhora está falando aqui, eu posso dizer para a senhora o seguinte: eu sugiro que a senhora aceite o que foi proposto aqui, que a senhora possa colaborar para que o menos mal venha a lhe acontecer. Porque, com esse depoimento que a senhora está prestando aqui, nesta Comissão, o caminho só é esse. Eu disse aqui para o Deputado lá do Maranhão: aqui entra mentindo e sai preso. E não tem jeito. Eu sei que a senhora já está presa, respondendo, mas eu estou falando presa de condenação. Com essa conversa, não tem jeito a senhora fugir de condenação. Com o que nós vimos na televisão, pelo que nós ouvimos de escuta telefônica na televisão, a senhora não vai conseguir convencer nem enganar nem criança que chupa picolé. A senhora pode estar ciente disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado. D. Norma, por que a senhora acha que o Juiz João Carlos da Rocha Mattos está preso? Qual a sua opinião? Por que ele está preso?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei exatamente o porquê de ele estar preso, inclusive porque a situação dele é diferenciada da dos demais Juízes, porque há outros denunciados. Eu cheguei a ter acesso a uma revista *ISTOÉ* que trazia os 2 irmãos Mazloun até partícipes do Talibã e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Não, eu não perguntei dos irmãos Mazloun, perguntei do Rocha Mattos.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Eu não sei. Eu sei que ele disse que até queria ser preso. Isso eu soube que ele disse, que até queria ser preso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - A senhora acha que ele é inocente?



**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Não tenho opinião sobre isso, sobre se ele é inocente ou não é inocente. Eu não tenho certeza de nenhum fato. Eu acho que ele vai ser processado pela Justiça competente, que vai dar a palavra final sobre isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - E no seu caso, além do fato de a Juíza ter decretado a sua prisão, por que a senhora está presa?

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Porque eu fui mulher dele, porque acham que eu sei de muita coisa. Existe um processo de pressão psicológica para ver até que ponto eu posso agüentar, até que ponto eu posso chegar para falar alguma coisa. Mas só se eu fabricar alguma coisa para falar, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Está bom. Muito obrigado pelas suas respostas. Durante a oitiva, a senhora... eu tive aqui uma discussão com a senhora, a senhora perguntou se eu achava que a senhora era mafiosa. Eu disse que sim. Eu quero dizer que, como Presidente da CPI, não tenho o direito de expressar o meu pensamento. Por isso eu peço desculpas aos Deputados. Eu não devo expressar o meu pensamento, mas eu estou convicto de que se fará justiça neste País. Nós pretendemos continuar ouvindo a senhora. Se a senhora quiser, nós podemos conversar em separado, sessão reservada, aqui, onde a senhora quiser. Nós temos que buscar a verdade. Eu fiquei um pouco chocado com a versão que a senhora deu de uma certa versão sobre o Sr. Law Kin Chong, que é a mesma versão que ele difunde, mas eu não tenho o direito de expressar o que eu penso aqui, como Presidente da CPI. De qualquer forma, eu agradeço a sua presença aqui, as suas respostas, embora não concorde com as suas respostas. Agradeço aos Deputados, a paciência à imprensa, a todos que estiveram aqui. Eu queria ainda pedir aos Deputados para submeter o requerimento do Deputado Júlio Lopes, que faz o requerimento à Comissão Parlamentar de Inquérito de realização de uma diligência. Estão pedindo para não dizer onde. Eu acho que devia dizer.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES** - Mas já está subscrita pelos Deputados. É só uma formalidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Já está subscrita pelos Deputados, na forma da lei. Mas, se dissesse, ia tremer chão em algum lugar. Mas tudo bem. Não vou dizer onde é. Está subscrito. Então, os Deputados que aprovam



esse pedido de diligência do Deputado Júlio Lopes permaneçam como estão. (Pausa.) Aprovado, na forma da lei.

**O SR. DEPUTADO RUBINELLI** - Sr. Presidente, só um aparte. Eu queria, finalizando esta reunião, deixar registrada novamente a minha indignação com relação à liminar que foi obtida junto ao Supremo Tribunal Federal, porque eu acho que é um abuso com relação à liberdade de imprensa. Nós vimos várias CPIs envolvendo Deputados, Senadores, e o que nós estamos presenciando na CPI da Pirataria é uma novidade que possibilita que os meios de comunicação não tenham acesso e possibilidade de trabalhar de forma adequada. Mais uma vez quero registrar minha total indignação com relação a essa nova liminar que o Supremo Tribunal Federal concede, cerceando o direito de trabalho da imprensa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Pergunto à D. Norma se ela quer dizer alguma palavra final, alguma coisa, despedir-se, alguma coisa.

**A SRA. NORMA REGINA EMÍLIO CUNHA** - Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Medeiros) - Não? Então, está encerrada. Eu peço, então, que a Polícia Federal conduza a D. Norma pelo mesmo caminho, está certo?